



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 37 - Nº 738 - DE 27 DE ABRIL A 10 DE MAIO DE 2025 - R\$ 5,00



Dia Internacional dos Trabalhadores

POR UM 1º DE MAIO CLASSISTA, REVOLUCIONÁRIO E INTERNACIONALISTA!

A crise mundial avança em sua dimensão e ritmo

RESPOSTA DA CLASSE OPERÁRIA E DOS DEMAIS TRABALHADORES ESTÁ NO PROGRAMA DA REVOLUÇÃO SOCIAL

O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) dedica todas suas forças para superar a crise de direção

Manifesto do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) – um chamado ao 1º de Maio classista, revolucionário e internacionalista



A crise mundial avança em sua dimensão e ritmo

O problema está na crise de direção

Um atentado na Caxemira que matou 26 pessoas reacendeu o antigo conflito entre a Índia e o Paquistão. O governo indiano culpou as autoridades paquistanesas. Em resposta, o Paquistão fechou o espaço aéreo ao país vizinho. Reuniu o Comitê de Segurança Nacional e o primeiro-ministro Shehbaz Sharif decidiu pela interrupção total do trânsito entre os dois países, pediu à Índia que reduzisse sua representação diplomática e suspendeu o comércio. O primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi, por sua vez, suspendeu o tratado sobre o uso da água de rios. O Paquistão considerou um “ato de guerra”, caso seja bloqueado ou desviado o curso dos rios.

A Caxemira é disputada pela Índia e Paquistão desde 1947, quando a Inglaterra realizou a partilha da região em dois países. Durante cinquenta e dois anos, a Índia e o Paquistão sustentaram um conflito permanente, travando guerras. A última confrontação resultou, em 1999, em um acordo, mas que não teve como evitar vários momentos de conflitos e ameaças de retorno à guerra.

A Caxemira se encontra dividida entre a Índia, maior controladora, o Paquistão e a China. Nessa disputa territorial, estão presentes forças que lutam pela independência de Caxemira. A presente discórdia se deve à acusação pelo governo indiano de que o Paquistão apoia ações de “grupos terroristas”, responsáveis pelo recente atentado. Os dois países rivais são portadores de armas nucleares, o que torna mais grave a situação de confronto. As medidas punitivas de ambos os lados não indicam, por enquanto, movimentação militar, segundo as notícias.

A importância do acontecimento se ressalta devido ao quadro da crise mundial, que deu mais um salto à frente com a guerra comercial dos Estados Unidos, visando principalmente à China, e com os objetivos anexionistas do programa governamental de Trump, abertamente exposto no caso da Groelândia e do canal do Panamá.

A guerra na Ucrânia e a intervenção de Israel na Faixa de Gaza continuam a abalar as relações mundiais. Trump delineou um plano de anexação do que resta do território palestino. O Oriente Médio vem sofrendo um dos maiores abalos recentes depois das guerras do Iraque e Irã e da guerra de intervenção dos Estados Unidos no Iraque. A guerra civil na Síria tende a se reacender depois da derrubada do governo de Bashar al-Assad pela organização Haya Tahir al Shan (HTS) e da continuidade dos ataques de Israel que objetiva avançar as anexações. Os Estados Unidos recrudesceram os bombardeios ao Iêmen em um claro ato de guerra. Mas, a crise na região poderá se complicar ainda mais se Trump for adiante com seu objetivo de acabar com o processo de controle da energia nuclear pelo Irã. O imperialismo pretende que os iranianos desativem suas usinas de enriquecimento do urânio e passe a importá-lo como commodities. O primeiro encontro de emissários de Trump com representantes do governo iraniano serviu para reforçar as pressões e as ameaças à nação oprimida.

A estratégia dos Estados Unidos é a de impor uma configuração no Oriente Médio com palestinos expulsos de suas terras, o Estado sionista de Israel engrandecido pelas anexações, a Síria domesticada e os principais países árabes reduzidos à condição de serviços aos interesses dos Estados Unidos e de Israel. Trava-se a disputa dos Estados Unidos com o poderio crescente da China. As divisões entre nacionalidades, etnias e

religiões favorecem a dominação do capital internacional centralizado e manejado pelas potências.

A guerra na Ucrânia chegou, ainda sob o governo de Biden, ao impasse. Ou a OTAN interviria diretamente e expandiria a guerra à Europa, ou a Rússia arruinaria a Ucrânia e venceria o conflito. Os Estados Unidos e os aliados europeus não estavam preparados para trilhar o caminho de uma terceira guerra. No plano de Trump de concentrar o embate com a China, se encaixa a suspensão da guerra na Ucrânia. As dificuldades, porém, logo se mostraram imensas. Não é tão complicado se chegar a um acordo em que a Ucrânia aceite adiar sua incorporação na OTAN. Esse foi o motivo e ponto de partida da decisão da Rússia invadir militarmente a Ucrânia. A dificuldade começa pela exigência de Putin de neutralidade e desarmamento do Estado ucraniano. Os europeus, ao contrário, decidiram por se rearmar, encabeçados pela França, Inglaterra e Alemanha. Trump admitiu reconhecer a Criméia como pertencente à Rússia. O problema está em até que ponto a Ucrânia terá de ceder território no leste, ocupado pelas forças russas. O que está mais claro é que o governo Zelensky cedeu à exigência de Trump de colocar as fontes de matérias primas em poder dos Estados Unidos.

Biden usou a Ucrânia como bucha de canhão em seu propósito de cerco da OTAN à Rússia. Trump, agora, a usa como moeda de troca com Putin. Mas, os aliados europeus que serviram à política de Biden se sentem marginalizados e traídos. Os pontos de resistência à finalização da guerra na Ucrânia são significativos. Não se tem como saber que lado terá de ceder mais. Mas se sabe que a Ucrânia na condição de nação oprimida sairá de uma forma ou de outra sacrificada. O povo ucraniano está arcando com os brutais reflexos da restauração capitalista e pela liquidação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

A classe operária e os demais trabalhadores do mundo inteiro estão pagando caro. A guerra comercial de Trump constitui um novo patamar dos choques entre nações, que estiveram na base da Primeira e Segunda Guerra. A escalada bélica se sobrepõe à diplomacia e à acordos impostos pelo próprio imperialismo, com os Estados Unidos à frente. Estão previstas para o próximo período esmagadoras dificuldades econômicas, que arruinarão ainda mais os países semicoloniais e impulsionarão a pobreza e miséria das massas.

A dimensão da crise mundial se amplia e seu ritmo se acelera. As massas procuram o caminho da luta. A resistência dos explorados com os métodos da luta de classes vem aplainando o caminho dos combates mais amplos e intensos. Há um obstáculo histórico que se verifica no fato de a classe operária e os demais trabalhadores instintivamente reagirem às contradições do capitalismo, mas ainda não terem encarnado um programa próprio. Esse obstáculo tem de ser enfrentado fortalecendo os partidos que lutam sob a orientação do marxismo-leninismo-trotskismo e construindo-os onde não existem.

As burocracias sindicais e as diversas variantes dos partidos reformistas impedem que os oprimidos procurem os meios para identificarem e encarnarem o programa próprio que é o da revolução social, que vincula as reivindicações mais elementares à estratégia revolucionária de derrocada do capitalismo e de transição ao socialismo.

CONTINUA →

A ampliação e o ritmo acerado da crise que atinge todos os países se convertem em necessidade do proletariado tomar a frente da maioria oprimida pela defesa de suas condições vitais de existência, combater as guerras de dominação e a escalada militar, colocar-se na trincheira da luta pela autodeterminação

das nações oprimidas, organizar a frente única anti-imperialista e unir as massas no sentido de derrubar a burguesia do poder e transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social.



Manifesto do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI)

Por um 1º de Maio classista, revolucionário e internacionalista!

Aos trabalhadores e à juventude oprimida

A defesa das condições mais elementares de existência da classe operária, dos demais trabalhadores e da juventude exige que o 1º de Maio seja o ponto de partida para pôr em pé um poderoso movimento de massa contra os capitalistas e seus governantes. Para isso, tem de ser classista, portanto, completamente independente de todas as variantes da política burguesa e expressar a luta de classes da maioria explorada contra a minoria exploradora. Tem de ser revolucionário para colocar em marcha a unidade da maioria oprimida sob a direção da classe operária, voltada a combater a exploração do trabalho, a escravidão dos assalariados pela grande propriedade privada dos meios de produção e o domínio imperialista de um punhado de potências sobre a maior parte dos países de economia atrasada e semicolonial. Tem de ser internacionalista porque unifica os explorados do mundo inteiro sob um programa próprio de reivindicação e sob a estratégia da revolução social, que é proletária, socialista.

O 1º de Maio para cumprir esse objetivo tem de refletir e se apoiar nas greves e manifestações que vêm ocorrendo em inúmeros países e continentes. Os assalariados se chocam com as políticas econômicas e as contrarreformas que são descarregadas sobre a força de trabalho. Os ataques aos direitos trabalhistas e previdenciários exigem respostas das massas por meio do método da ação direta. O emprego se precariza, a informalidade cresce, o subemprego sacrifica a família trabalhadora e o desemprego continua a reproduzir a miséria e a fome de milhões.

Nessas condições de barbárie social, os capitalistas e seus Estados vêm provocando uma redução generalizada do valor da força de trabalho. O custo de vida se eleva em toda a parte e o salário mínimo é cada vez mais rebaixado. De conjunto, essas condições provocam a imigração para os países capitalistas mais ricos. Os ataques de Trump aos imigrantes vêm atingindo os países latino-americanos e potenciando a repressão na Europa. Nos países marcadamente agrários, os camponeses e nacionalidades indígenas se veem extremamente subordinados aos latifundiários e ao monopólio agroindustrial.

A miséria e a fome, assim, se manifestam tanto nas cidades quanto no campo. A unidade operária e camponesa é o único caminho possível para reagir ao avanço da barbárie social e amadurecer as condições para a revolução socialista, que transformará a

grande propriedade privada dos meios de produção em propriedade social.

A guerra na Ucrânia que se prolonga por mais de três anos e a ocupação militar da Faixa de Gaza pelo Estado sionista de Israel que completa um ano e sete meses em 7 de maio agravam o curso da crise mundial e atingem de conjunto todos explorados. O povo ucraniano se ressentido da guerra provocada pela aliança dos Estados Unidos e as potências europeias, que apertaram o cerco da

OTAN à Rússia e desencadearam a invasão militar em 24 de fevereiro de 2022. Sua economia está em ruína e os reflexos da guerra se manifestam nos impasses econômicos da União Europeia e, portanto, em todo o globo.

Os obstáculos às negociações do plano de paz de Trump indicam que a guerra poderá prolongar por mais tempo. Isso apesar de implicar a partilha e o saque da Ucrânia pelos Estados Unidos. O rompimento do cessar-fogo na Faixa de Gaza pelo Estado sionista, por sua vez, expôs a manobra do acordo montado por Biden e Trump, voltada a justificar o objetivo de anexação do território palestino. A crise na Síria poderá ser agravar ainda mais. A ofensiva dos Estados Unidos contra o Irã potencia

a rota de colisão militar. A intervenção de Israel na Faixa de Gaza se ampliou para o Líbano, Síria e Iêmen, agudizando os desequilíbrios estruturais do Oriente Médio.

A guerra na Ucrânia e a intervenção militar de Israel na Faixa de Gaza eclodiram como sintomas da desintegração mundial do capitalismo e passaram a ser fatores de seu agravamento. O 1º de Maio tem diante de si a tarefa de pôr fim às guerras, derrotando a política dos Estados Unidos e aliados, por meio da luta de classes, combatendo toda forma de opressão nacional, defendendo a autodeterminação das nações oprimidas e desenvolvendo a estratégia internacionalista do programa da revolução social.

O 1º de Maio ocorre, precisamente, quando o governo Trump lançou uma nova fase da guerra comercial dos Estados Unidos contra a China. Dessa vez, decretou um plano mais abrangente envolvendo a maior parte dos países. Em nome da reindustrialização, da volta dos empregos fabris e da proteção da economia norte-americana, a maior potência se lança ao ataque à economia mundial como se essa fosse tão somente uma somatória de países.

A guerra comercial contra a China afeta toda a cadeia internacional de produção e comércio. A emergência desse país asiático à condição de segunda potência econômica se deu em franca interdependência com a economia norte-americana e, assim, com a economia mundial. A política de submeter a China, obstaculizar sua projeção em todos os continentes e estancar o declínio dos Estados Unidos não resultará em libertação das forças produtivas das fronteiras nacionais e da camisa de força das relações capitalistas de produção altamente monopolizadas e concentradas em poder de um pequeno número de potências.

A emergência da China, que se incorporou às relações capitalistas mundiais, passou a ser um fator de agravamento da crise de superprodução, o que finalmente a colocou em rota de colisão com os Estados Unidos e, em menor medida, com as demais potências imperialistas. O capitalismo em decomposição caminha no sentido de destruir parte das forças produtivas, ao contrário de impulsionalas. Segundo influentes instituições da burguesia, a probabilidade de o tarifaço de Trump dinamizar retrocessos econômicos e agir como fator recessivo é grande. O que implica golpear amplamente a força de trabalho.

A guerra comercial e as tendências bélicas são interdependentes. Ambas as manifestações emergem nos marcos do choque entre as forças produtivas altamente desenvolvidas e as fronteiras nacionais, que têm em suas bases as relações capitalistas de produção da época imperialista. A guerra na Ucrânia e a ocupação militar na Faixa de Gaza deita suas raízes nessa lei histórica.

A recente decisão da União Europeia de se rearmar e o Japão já ter se colocado nessa mesma rota assinalam que a disputa comercial, a corrida tecnológica e a busca pelas fontes de matérias-primas levam ao armamento de países e blocos uns contra os outros. A burguesia europeia se refere à defesa contra a Rússia. A Rússia, premiada pela guerra na Ucrânia, investe maciçamente em armamentos. Os Estados Unidos, por sua vez, fortalecem sua indústria militar com as guerras em andamento e apontam suas armas para a China. A China, por seu turno, não pode ficar atrás da escalada bélica.

O plano de Trump de anexar a Groelândia e o Canadá, bem como de ocupar militarmente o Canal de Panamá, incentiva a ascensão do militarismo. A guerra comercial, a escalada bélica e as disputas territoriais formam um todo que retrata o desmoronamento da ordem pós Segunda Guerra Mundial. Essa dinâmica corresponde ao acúmulo de crises do capitalismo e aos retrocessos impostos pelo imperialismo e seus agentes às conquistas revolucionárias do proletariado. Está posta à luz do dia a caracterização do marxismo-leninismo-trotskismo de que o capitalismo da época imperialista é de guerras, revoluções e contrarrevoluções.

Um 1º de Maio classista, revolucionário e internacionalista coloca para os explorados de todo o mundo em que condições se desenvolve a luta de classes e a necessidade do proletariado encarnar a revolução social. Os altos e baixos dos movimentos de massa dão a dimensão das contradições sociais do último período. A mobilização internacional contra o genocídio do povo palestino

pôs na ordem dia a necessidade de organização da frente única anti-imperialista.

Com a organização independente, a classe operária pode estabelecer um curso mais consistente da luta contra toda forma de opressão capitalista. No 1º de Maio, é necessário colocar em primeiro plano a retomada do ascenso de massa para acabar com a ocupação de Israel à faixa de Gaza, conquistar a autodeterminação da nação oprimida por meio de uma República Socialista da Palestina, como parte da luta pelos Estados Unidos Socialista do Oriente Médio. Nesse mesmo sentido, constituir um movimento pelo fim da guerra na Ucrânia, de forma a quebrar o cerco do imperialismo e da OTAN à Rússia e conquistar a autodeterminação da Ucrânia, como parte da luta revolucionária pelos Estados Unidos Socialistas da Europa. Essa via do proletariado internacional é guiada pelo programa e estratégia da revolução social. O combate das massas à guerra comercial e à escalada militar faz parte do objetivo de acabar com as guerras promovidas pelo imperialismo.

Os explorados empobrecidos instintivamente sentem a necessidade de recorrer às greves, manifestações, bloqueios e ocupações. Ou respondem aos ataques cada vez mais amplos e violentos às suas condições de existência, ou arcam com a barbárie crescente. Essa não é uma opção consciente. Os oprimidos sempre estão premiados pelas necessidades elementares. O que falta é a direção revolucionária.

O 1º de Maio reflete a crise mundial de direção, ao mesmo tempo que reflete as condições objetivas para o levante das massas. O percurso das lutas une as respostas às guerras e à defesa das reivindicações mais elementares como os salários, empregos, direitos trabalhistas, educação, saúde e moradia.

O 1º de Maio terá como obstáculo a política das direções conciliadoras e traídas, que controlam a maior parte dos sindicatos e movimentos. Terá diante de si os Estados policiais e a repressão no caso dos países em que ocorram protestos e levantes. O governo Trump se viu diante das primeiras manifestações contra as deportações, os cortes de recursos, as detenções de direções do movimento palestino e, assim, recorreu às medidas ditatoriais. Na Argentina, os trabalhadores vêm protagonizando um movimento contra o governo antinacional e antipopular, apesar da dura repressão policial e judicial.

O 1º de Maio na América Latina está diante da tarefa de combater a dominação imperialista e enfrentar os governos burgueses incapazes de defender a independência e soberania nacionais.

Está diante da tarefa de erguer as massas sobre a base do programa de reivindicações e do combate às contrarreformas e ao entreguismo pró-imperialista das burguesias nacionais.

Está diante da tarefa de constituir a frente única anti-imperialista.

Está diante do objetivo histórico de organizar a luta no sentido da superação da crise de direção, que implica construir o partido revolucionário e reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Viva o 1º de Maio, classista, revolucionário e internacionalista!





EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

Órgão do Partido
Operário Revolucionário

(11) 95446-2020

Nº 17 - 25/04/2025



Por um 1º de Maio classista, revolucionário e internacionalista!

**Por um 1º de Maio independente dos governos, do
Estado e dos partidos da burguesia!**

**Por um 1º de Maio que exija das direções sindicais o
fim da política de colaboração de classes!**

**Por um 1º de Maio de luta de classe em defesa de um
programa próprio de reivindicação dos explorados!**

**Por um 1º de Maio que convoque um Dia Nacional de
Luta, com paralisações e manifestações!**

Está claro para as direções sindicais e políticas, que se dizem defensoras das condições elementares de existência da classe operária e da maioria oprimida, que este 1º de Maio ocorre em um momento de agudização da crise mundial econômica e política do capitalismo. Ninguém pode ocultar que são os trabalhadores e, em particular, a juventude que arcam com os impasses e a desintegração do capitalismo. A pobreza e a miséria estruturais vêm se agravando ano após ano. Agora, se ampliaram inclusive nos países imperialistas.

A burguesia mundial não tem como promover reformas que reduzam a pobreza e a fome. Ao contrário, lança mão das contrarreformas que desestabilizam as relações de trabalho, aumentam o desemprego, potenciam o subemprego e impulsionam a informalidade. Fazem parte das contrarreformas, os cortes orçamentários que atingem a previdência social, saúde, educação e moradia. Essa ofensiva dos capitalistas contra a força de trabalho, como se constata, é de ordem mundial.

No Brasil, as contrarreformas têm causado consequências violentas para a maioria oprimida. As contrarreformas dos governos de Temer e Bolsonaro – trabalhista, previdenciária, educacional – precarizaram ainda mais as relações de trabalho e agigantaram a terceirização e a informalidade. Os vínculos empregatícios que no passado garantiam

o mínimo de estabilidade e de direitos foram destruídos. Alargaram-se os espaços da informalidade com novas modalidades, a exemplo do trabalho por aplicativos que atinge, sobretudo, milhões de jovens. Expandiram-se os contratos com a escala de trabalho 6 por 1. Com o salário mínimo, milhões de trabalhadores e aposentados, mal conseguem comprar a cesta-básica. Assim, a burguesia escraviza abertamente a força de trabalho e empurra milhões e milhões de famílias às mais duras condições de pobreza e miséria. O Estado burguês, com as contrarreformas, legaliza essa descarada superexploração do trabalho.

Os governos e os parlamentares se unem contra a maioria oprimida para impor as contrarreformas antinacionais e antipopulares. Temer e Bolsonaro não fizeram senão intensificar e ampliar as contrarreformas ditadas pelos governos qualificados como democráticos que se instalaram após o fim da ditadura militar. Os vários governos do PT não escapam a essa responsabilidade.

O terceiro mandato de Lula e o quinto do PT são de continuidade às contrarreformas trabalhista e previdenciária, que mais profundamente atingem antigas conquistas da classe operária e dos demais trabalhadores.



Leiam e divulguem o Jornal Massas. É um jornal voltado à luta pela emancipação da classe operária e demais oprimidos da exploração capitalista. É um jornal do Partido Operário Revolucionário (POR) que luta pelo fim do capitalismo e pela construção da sociedade sem exploração do homem pelo homem, uma sociedade socialista. **O Nossa Classe chama os trabalhadores a darem todo apoio ao Jornal Massas!**

Rasgou-se definitivamente a CLT, que já vinha sendo desfigurada por uma sequência anterior de contrarreformas. O fenômeno da massificação de jovens que nem trabalham, nem estudam resulta da impossibilidade do capitalismo em decomposição desenvolver as forças produtivas e promover o crescimento econômico.

As contrarreformas que servem de proteção à acumulação e à concentração capitalista de riqueza, contraditoriamente, levam a maior desproteção e marginalização de um enorme contingente de jovens que estão prontos para ingressar na produção e continuar os estudos.

Nesse bárbaro processo de sustentação do capitalismo esgotado, evidenciam-se não só a maior escravização da força de trabalho, o desemprego e o subemprego, mas também a desorganização da classe operária, cuja responsabilidade recai sobre as direções sindicais e políticas que deveriam travar a luta de resistência e de combate ao regime social capitalista. A colaboração de classes e, portanto, a anulação dos sindicatos como organizações classistas do proletariado, funciona como instrumento político de manutenção das contrarreformas.

O governo Lula as encarna sob a máscara do democratismo e do progressismo assistencial. Esse conteúdo de uma política burguesa de esquerda não faz senão demonstrar a impossibilidade de se realizar verdadeiras reformas no capitalismo que favoreçam os trabalhadores. Mas, a política de colaboração de classes também serve a governo de direita e de ultradireita como se caracterizaram as gestões de Temer e Bolsonaro.

As centrais e os sindicatos extremamente burocratizados estiveram submetidos às contrarreformas desses governos. As direções burocráticas não conseguem esconder sua política pró-burguesa mesmo sob o governo Lula, apesar de contarem com o assistencialismo e com os discursos democratistas do PT e aliados.

O 1º de Maio para se erguer como uma manifestação dos explorados tem de ser de Oposição Revolucionária ao governo burguês de Lula. E tem de ser o ponto de partida para a convocação de um Dia Nacional de Luta por um programa próprio de reivindicação dos trabalhadores e pela resposta classista à crise mundial e nacional do capitalismo.

A guerra na Ucrânia e a intervenção militar de Israel na Faixa de Gaza, bem como as guerras que se desenvolvem em países africanos, como as do Congo e Sudão, devem estar no centro do 1º de Maio classista, revolucionário e internacionalista. A ofensiva dos Estados Unidos com sua guerra comercial e a escalada militar alimentada pelas potências agravam ainda mais o quadro das guerras na Europa, Oriente Médio e África. O objetivo de atingir a China recrudescer o militarismo no Indo-Pacífico. O mundo está diante de uma retomada do militarismo que foi responsável pelas guerras mundiais.

Está colocada neste 1º de Maio a constituição da frente única anti-imperialista, sob a direção da classe operária e sob a estratégia da revolução so-

cial, que por seu conteúdo é proletária e socialista. Cabe à classe operária em todo o mundo levantar a bandeira de fim da guerra na Ucrânia e por um paz sem anexação, pelo desmantelamento da OTAN e das bases militares norte-americanas na Europa. Pela imediata retirada das forças militares de Israel da Faixa de Gaza e pelo fim do genocídio do povo palestino. Pela expulsão das forças imperialistas que provocam as guerras civis fratricidas na África.

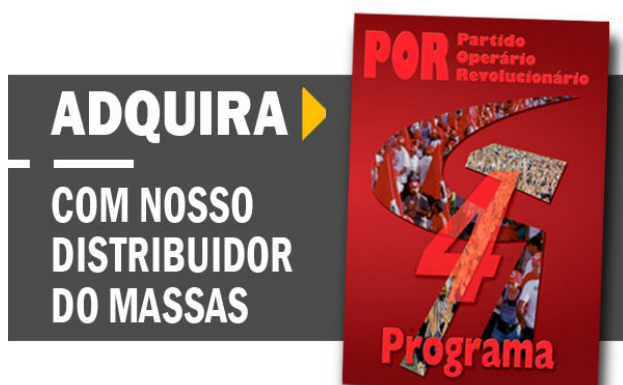
Em todas essas lutas contra as guerras de dominação, se coloca a defesa da autodeterminação das nações oprimidas. Está demonstrada pela história que a conquista da autodeterminação passou para as mãos do movimento revolucionário da classe operária, que se guia pela revolução social. As guerras em curso exigem do 1º de Maio a defesa das nações oprimidas contra a política de anexação e opressão nacional. Essa é a via para combater o programa imperialista de Trump e aliados.

A luta dos explorados pelas reivindicações mais elementares se choca com a exploração capitalista e a opressão imperialista. Aí, se encontram os vínculos da luta internacional da classe operária contra as guerras de dominação, pela autodeterminação das nações oprimidas, pela revolução social e pelas transformações socialistas.

O 1º de Maio em todos o mundo está unido pelo agravamento da crise histórica do capitalismo, pela necessidade de recuperar o terreno perdido para as contrarrevoluções, que levaram à liquidação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e à restauração capitalista. O 1º de Maio está unido mundialmente pela premente necessidade de superação da crise de direção. Está unido pelas tendências instintivas de revolta os explorados em todos os países. Na América Latina, pulsam os ódios da maioria oprimida contra os ataques sofridos, tanto por governos burgueses francamente pró-imperialistas quanto por governos que se vestem de reformistas e nacionalistas.

O Partido Operário Revolucionário (POR), seção brasileira do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, conclama a vanguarda com consciência de classe a assumir plenamente o programa da revolução social e a colocar-se firmemente pela reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista.

Viva o 1º de Maio classista, revolucionário e internacionalista!



Encontro de Lula com Boric

*Dois governos burgueses de centro-esquerda incapazes
de enfrentar os ataques de Trump*

Lula e o presidente do Chile, Gabriel Boric, se reuniram para chegar à conclusão de que nenhum dos dois pretende fazer opção entre os Estados Unidos e a China. O motivo está em que tanto o Brasil quanto o Chile dependem do comércio e dos investimentos chineses. Quanto aos Estados Unidos, os dois países latino-americanos são historicamente dependentes.

Trump não teve nenhum cuidado em afirmar que está disposto a recuperar a posição de predomínio dos Estados Unidos sobre a América Latina, já que essa se constituiu em um quintal do imperialismo norte-americano. O republicano acusa os governos de Obama e Biden de terem sido fracos e lenientes diante do expansionismo chinês, que como tal penetrou na América Latina e ganhou uma dimensão que deve ser desmontada.

A ameaça mais ofensiva de Trump foi a de intervir militarmente no Canal de Panamá. Obrigou o seu governo a se comprometer com a nova diretriz norte-americana de limitar a ascensão da China na região. Um outro ataque direto foi dirigido à Venezuela. Rompeu os acordos de exploração do petróleo e retomou as sanções, ao ponto de ameaçar de ruptura comercial com os países que mantiverem relações na área petrolífera com o governo de Nicolás Maduro. Em relação à Argentina, Trump pretende que seu aliado mais confiável na América Latina deixe de depender do financiamento da dívida pública pelo capital chinês. O empréstimo de R\$ 20 bilhões do dólares pelo FMI a Milei para manter sua governabilidade carrega a exigência de cercear a penetração chinesa.

A interdependência do Brasil, Argentina e Chile no interior da América Latina cresceu nas últimas décadas. Os três países são importantes para os Estados Unidos combaterem o plano de Xi Jinping de congregá-los em torno à Nova Rota da Seda. O fato da China ter instalado o complexo portuário de Chancay, no Peru, ofendeu os interesses imperiais dos Estados Unidos, que passaram a trabalhar contra a influência chinesa no projeto brasileiro de ligar o Oceano Atlântico ao Pacífico, atravessando o Paraguai e o Chile. A Rota Bioceânica de Capricórnio, assim denominada, cuja conclusão está prevista para 2026, é tida como vantajosa para a comercialização da China com a América Latina.

É impensável para os Estados Unidos dividir o Continente Sul Americano com a segunda economia mundial, que se mantém em ascensão enquanto a maior potência se bate no sentido contrário à sua regressão. É nesse marco que emerge a disputa dos Estados Unidos com a China em torno às fontes de matérias-primas. Tudo indica que a visita de Boric ao Brasil se deveu à preocupação gerada pelas tarifas de Trump, que atingem ambos os países, sendo um dos pontos nevrálgicos as matérias-primas.

Brasil, Chile, Argentina e Bolívia, principalmente, são fornecedores de minérios. No caso do Chile, o cobre. Mas se sabe que esses países formam um complexo potencial de minérios dos quais passou a depender a alta tecnologia, que está em franca disputa pelos Estados Unidos e China. Esses países compartilham do lítio,



níquel e das chamadas terras raras (um composto de vários minerais). A China detém um poder sobre esses minerais, muito acima do tolerável pelos Estados Unidos, que desde a Segunda Guerra Mundial passaram a ter um grande controle sobre as fontes de energia e matérias-primas industriais e militares.

A ascensão da China impulsionada pelo processo de restauração capitalista acabou por também depender de tais fontes naturais. Estão aí as

principais causas econômicas e geoestratégicas de Trump concentrar a guerra comercial contra a China. Esse embate se reflete em todo o mundo e, em particular, nos países latino-americanos.

As medidas protecionistas dos Estados Unidos, ao se chocarem com o principal adversário econômico-comercial, arrastam os países de todas as latitudes a se definirem de que lado ficarão. Esse dilema tem provocado divergências e conflitos no seio das burguesias nacionais. Há uma fração que entende que o melhor caminho é aquele que vincule o país mais aos Estados Unidos que à China. Essa é a tendência majoritária, que expressa as raízes históricas da subordinação à potência norte-americana. Mas, não pode se colocar de forma ofensiva à China, como pretende Trump, uma vez que a economia chinesa passou a ser um fator determinante no funcionamento da economia mundial.

A burguesia brasileira, em especial, desde sempre assumiu a posição de subordinação ao capital financeiro e monopolista dirigido pelos Estados Unidos. Sua relativa industrialização em relação ao atraso dos demais países da América Latina, à exceção da Argentina, se deu com a ampla penetração desses capitais na estrutura industrial e comercial do país.

O fato de os Estados Unidos cederem o primeiro lugar à China na relação comercial com o Brasil passou a ser um fator que impede a conservação total do velho alinhamento. Em certa medida, é o que também vem ocorrendo com boa parte dos países latino-americanos mais vinculados ao comércio mundial.

O encontro de Boric com Lula evidenciou a incapacidade de ambos governos responderem à guerra comercial de Trump. Uniram-se em torno ao palavreado de defesa do multilateralismo, do livre comércio e da cooperação. Lula lamentou - "Todo mundo só falava em livre comércio e globalização e, de repente, nada disso vale a pena e o que vale a pena é o seguinte: é o protecionismo. Você não quer guerra fria e eu não quero guerra fria. Eu não quero fazer a opção entre Estados Unidos e China. Eu quero ter relações com os Estados Unidos, quero ter relação com a China". E concluiu - "A gente não pode desistir de acreditar que somente o multilateralismo pode trazer um equilíbrio na relação comercial, na relação política. A nós brasileiros não agrada essa disputa estabelecida pelo presidente Trump". A declaração de Boric, por sua vez, foi "Não queremos que os maiores esmaguem os menores".

Não se trata de simples declarações diplomáticas. Expressam o temor e a impotência de ambos governos de evidenciar o sentido e o conteúdo imperialista da guerra comercial deflagrada por

Trump. Ocultam que os Estados Unidos exigem uma ruptura dos países latino-americanos com a China. O que se sabe do encontro, além de declarações inócuas, é que se decidiu pela “criação de um grupo de trabalho para uma estratégia de longo prazo para os minerais críticos e terras raras”.

Ainda estão por se manifestarem as consequências nefastas da guerra comercial de Trump na América Latina e em todo o mundo. A previsão de organizações do próprio imperialismo é de que há uma probabilidade quase certa de queda geral no crescimento econômico. O que sacrificará ainda mais os países semicoloniais, que conformam a América Latina, sem se referir a outros continentes.

Os mais atingidos serão as massas trabalhadoras, que já sofrem excessivamente com os baixos salários, o desemprego, o subemprego e a informalidade. Os governos que posam de nacional-re-

formistas se mostram tímidos e acovardados, como indicam as atitudes de Lula e Boric. O dilema graficamente expresso é um reflexo da subordinação histórica dos países semicoloniais ao imperialismo, tendo à frente os Estados Unidos. Seus governos, sejam eles de esquerda burguesa ou de centro-direita, não podem levantar a bandeira anti-imperialista de defesa da economia nacional e de combate ao saque imperialista.

Nessa guerra comercial, cada vez ficará menor o campo de manobra entre os Estados Unidos e a China. A independência nacional em relação a ambas as potências somente pode ser encarnada pelo proletariado, com seu programa da revolução social e sua tática de luta anti-imperialista. A defesa das reivindicações mais elementares da classe operária e dos camponeses é o ponto de partida para pôr em pé um movimento de resistência anti-imperialista.

Posição do POR diante das homenagens ao papa

Na reunião do Conselho Estadual, com cerca de 500 participantes, a diretoria da Apeoesp, na véspera do enterro do papa, resolveu render homenagem ao denominado símbolo máximo da Igreja Católica. A deputada Maria Izabel, vice-presidente do sindicato, tomou a palavra para fazer o que a grande mídia vinha fazendo há uma semana: elogiar a política do papa para com os pobres e os imigrantes. Para mostrar que se trata de um papa que respeitava todas as religiões e que condenava as desigualdades sociais. Para enfatizar um papa humilde, que não utilizou das benesses do papado. E para dizer que o papa condenou a matança dos palestinos e de todos que sofrem com as guerras. Com a voz baixa e calma, por vezes meio embargada, em sinal de tristeza, pediu que todos se levantassem. Nesse momento, o presidente da Apeoesp, Fábio, com a voz firme gritou: Papa presente!, seguida pela quase totalidade dos conselheiros.

Os militantes do POR, seguido de outras correntes, não se levantaram e não saudaram o “papa dos pobres”. No entanto, a militância do POR foi além. Uma camarada pediu a palavra e criticou a conduta da burocracia de usar o sindicato, organismo dos trabalhadores, que por sua natureza é laico, para homenagear um papa que tem seu passado manchado pelo sangue dos 40 mil mortos da ditadura da Argentina. Completou, o POR está entre aqueles que reafirmam que a “religião é o ópio do povo”. Essa fala causou protestos (intensas vaias) da burocracia e dos fieis religiosos do plenário, que, como disseram, estavam horrorizados com a intervenção contrária à homenagem.

A conduta do POR, mais uma vez, separa o partido marxista-leninista-trotskistas, dos pseudos socialistas ou comunistas, como foi o caso da militância do PCdoB, PSOL entre outras, que participaram da teatralização. Outras correntes, como PSTU e MRT, deixaram de se pronunciar contra a utilização do sindicato pela burocracia colaboracionista que fazia uso político da religião, que obscurece a consciência dos explorados diante da brutal exploração do trabalho e da manutenção da propriedade privada dos meios de produção.

A ostensiva homenagem ao papa Francisco feita pela burguesia é inevitável, mas a realizada em um sindicato constitui uma violação do seu conteúdo classista. O que a diretoria da Apeoesp fez foi passar uma borracha no histórico do bispo argentino Jorge Bergoglio, cuja biografia está marcada pelos acontecimentos do sangrento golpe militar de 1976.

O POR se pronunciou contra a homenagem porque se tratava de uma falsa justificativa de que correspondia a um papa que estava do lado dos oprimidos. O Vaticano assim como todo aparato das demais religiões se assentam historicamente nas relações de propriedade privada e de domínio da minoria exploradora contra a maioria explorada.

Abaixo publicamos um artigo do POR, escrito 24 de março de 2013, no momento em que o papa Francisco ascendia ao poder do Vaticano. Nossa resposta no Conselho Estadual do sindicato dos professores de São Paulo não foi improvisada. Expressou a posição marxista, do materialismo histórico, sobre o lugar da religião e das instituições religiosas na história das sociedades de classe.

Francisco: um Papa cúmplice da ditadura genocida de 1976 na Argentina

O Papa “humilde” e “austero”, que elegeu os pobres como “opção de vida”, o “Bispo dos favelados”, que rechaça luxos e mordomias, que organizou a Cúria nas favelas da cidade de Buenos Aires, é a máscara mais perfeita para acobertar a decadência material e ideológica do bastião da reação mundial.

A Igreja Católica é uma parte imprescindível do Estado burguês. Sua experiência e flexibilidade foram forjadas durante séculos. O poder de disciplinamento social, conquistado nesse processo histórico, é indispensável para o capitalismo em crise. A eleição do Papa não se baseia em supostos valores morais, mas em claras definições políticas. O Papa e a Igreja cumprem uma função social dentro do regime de opressão e exploração capitalistas. Cada Papa eleito, ao longo da história moderna, refletiu as tendências políticas do capitalismo mundial e, em particular, do imperialismo, em cada fase de seu desenvolvimento e ajustado a uma conjuntura política específica.

João Paulo II expressava as tendências imperialistas mundiais de cercar os Estados Operários e servir de canal da restauração capitalista, sob a máscara da democracia burguesa. Bento XVI espelhou a reação ideológica e política do imperialismo contra as massas, em campanhas guerreiras em nome da democracia e dos direitos humanos.

Com o aprofundamento da crise, também entraram em choque a Igreja e as massas, sob a forma de rechaço à degeneração pessoal de vários bispos e a corrupção econômica de sua burocracia do Vaticano. Impôs-se uma troca de imagem e um aperfeiçoamento no mecanismo de disciplinamento social diante da agudização da luta de classes. E é aí onde a eleição de Francisco se encaixa com perfeição.

Experiência não lhe falta. Essa máscara “progressista” foi forjada com paciência de ourives. A venalidade e a impostura se combinam nesse obscuro personagem que, há décadas, sabe como combinar sua “opção pelos pobres” atual com a cumplicidade e apoio ideológico à ditadura militar genocida do passado.

Jorge Bergoglio militou em sua juventude na “Guarda de Ferro”, fração católica e nacionalista de direita, que serviu de ponto de apoio a Juan Domingo Perón, como contrapeso às tendências de esquerda radicalizadas do peronismo. Em 1976, como chefe da Companhia de Jesus (Jesuítas), impulsionou a iniciativa da Universidade Católica Argentina (UCA) de homenagear, com título de “Doutor Honoris Causa”, o almirante Emílio Massera, chefe da Marinha e integrante da Junta Militar da ditadura. Emílio Massera era o principal responsável do centro de detenção clandestino da ESMA (Escola Superior de Mecânica da Armada).

Foi cúmplice do terrorismo de Estado, pouco importa se por ação ou omissão (organismos de Direitos Humanos kirchneristas o acusam de delator, outros simplesmente de covarde). Ele entregou membros de sua congregação que eram “suspeitos” de vínculos com organizações políticas ou guerrilheiras. Pressionava-os ao ponto de os obrigar a abandonar a instituição, deixando-os a mercê dos genocidas.

Esse foi o caso de dois padres, Orlando Yorio e Francisco Jalics, que foram sequestrados e torturados na ESMA. Sua atitude não era um ato individual ou isolado. Refletia a decisão de toda uma instituição e que se manifestava sob sua responsabilidade a política de disciplinamento. Mantinha, assim, uma continuidade dentro das fronteiras nacionais da repressão mundial, que se desatou na Igreja contra suas tendências radicalizadas, como a dos Padres Terceiro-mundistas e da Teologia da Libertação.

Com a chegada da democracia burguesa, em 1983, se opôs à anulação das leis de impunidade promovidas, muito limitadamente, pelo então presidente Raúl Alfonsín (UCR). Pronunciou-se pela “reconciliação nacional”, constituindo-se em um sólido apoio político e ideológico da impunidade.

Se esse obscuro e cínico personagem foi eleito Papa, a responsabilidade recai na própria classe política burguesa da Argentina, que acobertou seus crimes de humanidade, e que hoje se divide em apoiá-lo e criticá-lo. Os governos democráticos surgidos da ditadura se mostraram impotentes para acusá-lo e julgá-lo. O que implicava a abertura e publicação dos arquivos da ditadura para denunciar seus integrantes, seus agentes e funções.

O kirchnerismo, em dez anos de governo, tampouco teve intenção de cumprir essa tarefa essencialmente democrática. Pelo contrário, a estrutura repressiva da ditadura continua intacta. E dela se serve também para espionar e infiltrar nas mobilizações e organizações.

Julgar e castigar os que participaram e apoiaram esse genocídio dentro da Igreja, ficou nas mãos do proletariado e das massas oprimidas, que punirão esses parasitas com os Tribunais Populares.

Desde sua conformação como Nação, a Igreja jogou um papel preponderante na opressão colonial e semicolonial do país. Foi apoio ideológico, político e material das classes dominantes, nativas e estrangeiras. Na Argentina, como em todo o mundo, a Igreja é um braço da reação mundial.

Somente com a destruição de sua base material, alicerçada no capitalismo, pela revolução e ditadura proletárias, o edifício do obscurantismo religioso será demolido.

Certamente, o novo Papa usará a experiência da contrarrevolução sanguinária da Argentina para movimentar o seu exército ideológico em apoio à burguesia imperialista. As condições de desintegração do capitalismo colocarão o Vaticano, bem como todas as Igrejas, em choque com as massas exploradas, pobres e famintas. A tarefa dos revolucionários é ajudar os oprimidos pela experiência, pelo programa e pela luta de classes a se libertarem de todos os jugos que os escravizam.

(Extraído do Jornal Massas, nº 451, de março de 2013)

Toda força à chapa 3 ANDES-SN Classista e de Luta:

A única candidatura que não se rendeu ao governismo

Nos dias 07 e 08 de maio, acontecerão as eleições para o Sindicato Nacional de Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) para o biênio 2025/2027. Haverá urnas em Universidades públicas de todo o país e

nos Institutos Federais e CEFETs que integram a base do ANDES-SN. Os votantes em potencial são mais de 70 mil professores. A eleição acontece em um momento de profundos ataques à Educação Pública e grandes ameaças ao funcionalismo. O governo Lula/Alckmin tem dado continuidade à política econômica dos governos Temer e Bolsonaro, com a manutenção do teto dos gastos, renomeado como Novo Arcabouço Fiscal, das contrarreformas



e com a imposição de novas medidas que retiram direitos. A situação das Universidades federais é de penúria, o orçamento de 2024 corresponde a 43% do valor recebido em 2013, a precariedade vem se acumulando com demis-

sões de trabalhadores terceirizados, falta de climatização, manutenção predial (com desabamentos) e até mesmo cortes de água e luz. Os aposentados sofrem com o confisco de suas aposentadorias e as manobras do governo para impedir a paridade com docentes da ativa.

Nas estaduais, os problemas de financiamento, arrocho salarial e precarização também se manifestam, com a particularidade de

uma falta crônica de docentes efetivos, conforme se viu na greve estudantil da USP, em 2023, contra a política de arrocho de Tarcsio (Republicanos) e a reivindicação da greve da UECE de 2024 (fortemente criminalizada pelo governo petista de Elmano). As estaduais e municipais sofrem profundos ataques à autonomia universitária e reagem com greves, a exemplo das estaduais do Piauí (penalizada com corte de salários pelo governo Rafael Fonteles PT) e as lutas no Paraná contra a Lei Geral das Universidades, do governo direitista de Ratinho Júnior (PSD). A disposição da categoria, porém, tem sido contida pela política da diretoria do ANDES e das seções sindicais sob o controle das correntes governistas, que canaliza o movimento para o terreno jurídico e parlamentar e procura substituir a luta direta pelos atos por delegação, voltados às redes sociais. A experiência com as derrotas e traições tem levado parte da categoria a recusar a política de acovardamento que responsabiliza os que lutam por seus direitos por desgastarem o governo e provocarem a extrema direita.

Esse quadro se desenvolve em meio à combinação de várias crises: econômica, política e ambiental, com guerras, opressão colonial sobre povos e continentes (o maior exemplo é o genocídio do povo palestino), contrarreformas e decomposição da democracia burguesa. O capitalismo não tem mais nada de progressivo a oferecer à humanidade, a busca incessante do lucro, concentrado em cada vez menos mãos, está nos levando à barbárie social, por isso, a luta pelas reivindicações precisa estar vinculada à luta anti-imperialista, baseada no internacionalismo proletário e na defesa da revolução socialista.

É com o objetivo de impulsionar uma política classista no movimento docente que a Corrente Proletária na Educação (CPE/POR) está construindo a Chapa 3 ANDES-SN Classista e de Luta. Trata-se de uma frente com o Coletivo Andes em Luta (CAEL), composto por militantes do PSTU e independentes, a Aliança Revolucionária dos Trabalhadores (ART) e o Coletivo Rosa Luxemburgo, que agrega independentes e tem uma linha mais próxima da ala esquerda do PSOL.

As correntes do movimento docente e os prejuízos do governismo

A pré-inscrição das chapas se deu no 43º Congresso do ANDES-SN, realizado de 27 a 31 de janeiro. A crescente subordinação da diretoria do sindicato ao Governo Lula/Alckmin resultou em um congresso de crise, em que as diferentes alas do governismo se dividiram. O Coletivo Andes de Luta pela Base (ALB), que tenta a reeleição por meio da Chapa 1, sofreu um racha, o PCB se retirou da construção da nova chapa e ficaram as correntes majoritárias do PSOL. O Fórum Renova Andes, que expressa a atuação do PT no interior do sindicato, se dividiu nas Chapas 2 e 4.

O balanço da greve foi decisivo para essa divisão. O setor ligado à corrente petista O Trabalho queria uma chapa que se apresentasse como defensora da greve, enquanto as correntes mais à direita queriam continuar expressando também o voto conservador dos que se opuseram à greve e a boicotaram. O peso do governismo ficou mais evidente na atuação da greve das federais, na qual ALB e Renova atuaram para tentar impedir a deflagração da greve e, depois, tomaram a frente do movimento para desmantelá-lo assim que o presidente Lula ordenou, levando a um fim precoce e desorganizado do movimento com um acordo rebaixado, que até o momento não foi cumprido. As greves estaduais que se seguiram ao desmonte do movimento sofreram os impactos dessa traição. O método das manobras antidemocráticas, já vinha ocorrendo antes, a exemplo da greve das estaduais do Paraná, em 2023, em que direções de seções sindicais, hegemônicas pela ALB e Renovamanobraram, substituindo a reivindicação de reajuste salarial por uma suposta tramitação do plano de carreira, levando ao desmantelamento da greve.

O programa da Chapa 3 e as posições da CPE

Por ser uma frente, em que a CPE se integra de forma minoritária, nem todas as ideias da plataforma eleitoral da Chapa 3 correspondem ao nosso programa, e nos mantemos coesos baseados no método das plenárias, onde as divergências foram levadas e decididas. Infelizmente, pela dimensão nacional e falta de recursos, a maior parte dessas plenárias foram virtuais, o que dificultou debates mais concentrados. Vamos destacar alguns pontos que consideramos importantes no programa da chapa e complementar/diferenciar, quando necessário, com a política própria da CPE.

1. A Chapa 3 se coloca no campo da oposição pela esquerda ao governo Lula, indo além da autodeclaração de independência que todos fazem, inclusive os membros do PT e do PSOL, partidos que são governo. Nós, da CPE, defendemos que seja uma oposição revolucionária, sem alimentar nenhuma ilusão de que uma candidatura à esquerda de Lula seja capaz de promover reformas significativas ou mesmo frear a destruição de direitos no país.

2. A Chapa 3 defende a retomada dos métodos históricos dos trabalhadores, da ação direta coletiva, com mobilizações e greves, contra a canalização da luta para o terreno parlamentar e das redes sociais.

3. A Chapa 3 defende a revogação das contrarreformas trabalhista, previdenciárias e que devemos enfrentar nas ruas o pacote de Contrarreformas de Lula, que afeta principalmente aposentados, pensionistas e pessoas com deficiência. A CPE tem desenvolvido a campanha por um verdadeiro Dia Nacional de Lutas com bloqueios e paralisações.

4. Em relação à política educacional, a plataforma da Chapa se baseia nas bandeiras do “Caderno 2: Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira”, ainda que tenhamos comprometido em abrir o debate sobre o balanço e atualização do Caderno 2. Nós da CPE temos apontado a necessidade de um programa proletário que enfrente a mercantilização da educação com a defesa da estatização, sem indenização, da rede privada, e a criação de um sistema único, público, gratuito, laico, vinculado à produção social e sob o controle dos que estudam e trabalham. Assim como pelo governo tripartite das universidades (de estudantes, professores e técnicos), com soberania da assembleia geral universitária e voto universal.

5. Sobre a Carreira, a Chapa 3 defende prioritariamente os critérios estabelecidos no Caderno 2, mas também alerta a categoria que os planos de carreira têm sido usados pelos governos para aplicar pontos da reforma administrativa. Critica a linha da diretoria de propor projetos de lei que servirão para o parlamento retirar direitos; e de rebaixar salário de ingresso. E afirma “Não podemos renunciar à defesa histórica do movimento operário de que nenhum trabalhador receba menos que o salário mínimo vital, suficiente para uma família de 4 pessoas. Nos cálculos do DIEESE, em dezembro de 2024, o salário mínimo deveria ser de R\$ 7.067,68. A centralidade do sindicalismo classista deve ser a luta geral dos trabalhadores no país para garantir esse salário mínimo e, no âmbito do funcionalismo, defender a reposição imediata das nossas perdas inflacionárias e o fortalecimento da luta contra a reforma administrativa em curso”.

6. A Chapa 3 defende que “as diversas formas de opressão não são fenômenos puramente culturais, possuem raízes profundas nas sociedades de classes, com suas dinâmicas de exploração e justificativa de subordinação, conectam-se com as estruturas herdadas de nossa formação social marcada pela violência contra os povos originários e a exploração do trabalho escravizado”. Defende que as pautas contra as opressões sejam vinculadas com as lutas mais gerais dos trabalhadores “tais como a redução da jornada de trabalho sem redução salarial, via ampliação os postos de trabalho; pela revogação da reforma trabalhista e previdenciária, destacan-

do o peso maior que recai sobre pessoas negras, mulheres e pessoas LGBTQIAPN+; pela autodeterminação dos povos indígenas e soberania sobre seus territórios; pelo direito ao aborto legal, seguro e gratuito, pelo SUS”; dentre outras. Essas bandeiras convivem, na plataforma programática, com respostas políticas baseadas nas ações afirmativas, representatividade e visibilidade. Nós da CPE criticamos a política reformista burguesa e pequeno-burguesa das ações afirmativas, mas, uma vez as reivindicações do movimento social sendo aprovadas pelo Estado, exigimos por meio da mobilização e da organização independente dos explorados o seu cumprimento, que via de regra permanecem na lei como letra morta. A CPE deixa claro que o reformismo se vale das ações afirmativas para canalizar o apoio dos sindicatos e dos movimentos ao governo burguês. Acaba, assim, por ocultar a raiz da opressão, que é de classe. Somente a luta revolucionária contra a propriedade privada dos meios de produção e sua transformação em propriedade social pode levar os trabalhadores às conquistas de suas reivindicações mais elementares.

7. Em relação à questão ambiental, a Chapa 3 se propõe a lutar contra a exploração de petróleo na Amazônia, contra o marco temporal, a privatização das águas e a unidade dos oprimidos e explorados do campo e da cidade.

8. A chapa 3 denuncia que a ALB e Renova se uniram para promover a desfiliação da CSP-Conlutas, movidos pelo governismo e, da parte da ALB, intenções de promover mais uma divisão no movimento sindical, o que não prosperou. Propõe-se a “reabrir a discussão do debate sobre filiação do sindicato a uma central sindical classista e da necessidade de superar a fragmentação e o divisionismo do movimento sindical e popular brasileiro”. A CPE defende que façamos uma campanha por um congresso de unifi-

cação das centrais em uma única central, classista e democrática, o que só poderá ser imposto pelas bases.

9. A Chapa 3 se compromete a propiciar o debate sobre a proporcionalidade na eleição sindical. Nós da CPE consideramos que a proporcionalidade é fundamental para garantir que a diversidade política da categoria seja expressa na direção sindical e que as secretarias regionais sejam eleitas pelos docentes da base local.

10. Em relação ao combate ao Proifes, a Chapa 3 se propõe a garantir o suporte político, jurídico e material às oposições pró-ANDES por meio da articulação entre as oposições de entidades federadas ao Proifes, “autônomas” e em seções sindicais em que as diretorias pretendem promover a desfiliação do ANDES-SN e desenvolver ações de formação sindical voltadas a politizar o debate sobre as origens da Proifes e a política antissindical dos governos do PT. A ALB tem dado grande destaque ao combate a essa federação artificial e pelega, mas oculta que se trata de um braço do governo Lula no movimento.

Nós da CPE atuamos no processo eleitoral sem nenhum traço de aparelhismo ou qualquer disputa mesquinha. O programa construído na frente expressa a correlação de forças e o nível de consciência da ala esquerda do movimento, consideramos muito importante que a plenária de construção da chapa tenha garantido a liberdade de expressão das posições minoritárias em nome dos coletivos, o que fazemos nesse momento. Seguimos com o objetivo de construir uma fração revolucionária no movimento docente. Conheça nossas ideias, participe de nossas formações e milite com a gente!

Chamamos os docentes a votarem na Chapa 3 ANDES-SN Classista e de Luta, nos dias 07 e 08 de maio.

Publicamos abaixo o pronunciamento do representante do POR sobre as eleições no Andes, realizado no debate do dia 15 de abril, na sede da Associação Sindical do Andes, em Maringá.

Debate eleição Andes

Intervenção inicial de apresentação da chapa

Bom, é uma grande alegria estar aqui com os companheiros com quem tenho compartilhado lutas já há algum tempo e continuaremos compartilhando depois desta eleição, seja lá qual for o resultado. Mas eu fico muito contente da realização deste debate e da disponibilidade dos companheiros para debater.

E, como disse Edmilson, embora estejamos na mesma perspectiva de defesa dos professores do Estado e do Brasil, e também comprometidos com outras reivindicações dos trabalhadores, temos de indicar aqui as diferenças entre as chapas e porque estamos concorrendo em chapas diferentes. É com esse espírito que faremos esta intervenção inicial.

Rapidamente, quero me referir a uma questão que está no nome da chapa denominada: Chapa 3 classista e de luta. E por que esse termo classista? Embora o termo classista seja muito popular nos organismos do Andes, congressos, conad's e reuniões, usa-se muito a palavra “classista, eu creio que é importante destacar o que significa o classismo para nós. Como estamos numa sociedade capitalista, dividida em classes sociais, e as classes sociais, típicas do capitalismo, são a burguesia e o proletariado ou classe operária. Existem outras classes, por exemplo, a condição social dos professores universitários que não são nem operários, nem burgueses. Mas, mesmo assim, a referência política destes se refere sempre a uma ou outra classe. Trata-se do predomínio ou hegemonia na orientação de uma das classes principais do capitalismo entre os

professores. Ou é a da burguesia ou a do proletariado. E mesmo nos sindicatos que não são operários, essa divisão se manifesta. Não há como escapar ao fato de que na sociedade capitalista todas as políticas ou favorecem um polo ou outro.

Nesse sentido, a gente se constitui como chapa através de uma composição com várias forças. Eu pertenço a uma delas, que é a Corrente Proletária/POR, mas compomos com o coletivo Rosa Luxemburgo, com o CAEL e com a ART. É uma articulação que se constituiu nas lutas que aconteceram dentro do Andes nos últimos tempos, nos congressos, nas greves, e que vem se configurando em torno a uma crítica aos rumos da condução de nosso sindicato nacional. Esta crítica se materializa na caracterização de que o nosso sindicato, a direção de nosso sindicato nos últimos tempos, tem trilhado um caminho pró governista. Governista é o termo que se usa, mas, rigorosamente falando, é política de conciliação de classes. Porque, ao intervir nos conflitos com os governos, nas universidades, tem-se orientado a levar uma linha de conciliação ao invés de reforçar uma disposição de luta que percebemos que existe na base do ANDES-SN, mais ou menos em todas as regiões, não somente aqui no Paraná. A prova disso foi a greve das federais no ano de 2024, ano passado. No ano passado, embora a diretoria do sindicato tenha proposto que a greve fosse organizada para o segundo semestre, foram os delegados da base que forçaram para que a greve se organizasse no primeiro semestre. Com a compreensão de que o segundo semestre, coincidindo com o período das eleições municipais, iria inviabilizar qualquer movimento. E foi assim que estourou essa importante greve. Bom, em outro momento

podemos fazer o balanço dessa greve, pois o nosso tempo é exíguo. Só quis dar um exemplo do que nós estamos caracterizando como uma posição de colaboração de classe ou governista.

Pergunta da Chapa 3 às outras chapas

Bom, nós lançamos no ano de 2023 uma Frente Paranaense pela Revogação da LGU, que o Comando Sindical Docente, constituído pelas diretorias das AD's das universidades estaduais do Paraná, até agora tem sabotado, ao mesmo tempo não tem empreendido nenhuma luta efetiva contra a LGU, que eu acho que não precisa explicar, está liquidando as nossas universidades. Eu queria perguntar para a chapa 2 e para a chapa 1, se eleitos vão defender que o sindicato nacional participe da frente paranaense pela revogação da LGU, e mesmo que não gostem desse nome, pode ser outro nome, vão de fato mobilizar os docentes das suas associações sindicais pela revogação dessa lei.

Réplica às respostas das duas chapas

Coloquei essa questão porque me parece importante que a gente se posicione quanto a isso, para fazer a defesa de que o enfrentamento à LGU, mesmo que se façam ADIN e outras medidas jurídicas, se não tiver movimento – coisa que até os parlamentares que entram com a ADIN reconhecem – não teremos muita chance... Se não tiver movimento, o governo vai fazer chover na Assembleia Legislativa e no Judiciário. Então só o movimento pode barrar, pode enfrentar de fato o governo. E eu estou falando isso por experiência, porque quando o governador Jaime Lerner, no início do ano 2000, final da década de 1990, colocou seu projeto de ataque às universidades, de privatizações, de cobrança de mensalidades e tudo mais. Nós fizemos duas greves, nós que estou falando, foram a UEM, UEL e UNIOESTE. A greve de 2000 e a greve de 2001-2002 que durou seis meses. E foram essas greves que seguraram por 20 anos que aquele projeto do Jaime Lerner não fosse implementado. O movimento foi que barrou esse ataque. Da mesma maneira, se a gente não fizer movimento contra a LGU, vai ficar por isso mesmo. Por isso que eu acho importante que se faça movimento.

Pergunta da chapa 2 às outras

Então eu queria saber de vocês como que o Andes pode contribuir na reivindicação da data base das estaduais e como conciliar as particularidades das lutas estaduais.

Nossa resposta

O papel do Andes é evidentemente muito importante. A regional deve se envolver na luta pela data-base. E, quando digo que deve se envolver na luta pela data-base, quero distinguir da forma como se tem conduzido a luta salarial nos últimos tempos. Da mesma maneira que no plano nacional, houve aqui no Paraná uma capitulação perante a pressão do governo. Aqui no Paraná, na greve de 2023, houve um abandono da data base. No meio da greve, no seu melhor momento, o comando sindical docente soltou um documento, este boletim, dizendo que o governo havia recuado. Isto em 2 de junho de 2023, teria supostamente recuado e retomado a “tramitação do plano da carreira docente”. Isso não era pauta. A greve era pela reposição salarial. E a redação deste boletim não passou por assembleias, sequer passou pela reunião dos comandos locais. Eu estava no comando local da UEL e isto não passou. Isto veio das direções sindicais. E é com isto que se acabou com a greve. E ficaram-se seis meses se humilhando lá em Curitiba. E, no final, foi o Aldo Bona [Secretário de Estado de Ciência e

Tecnologia] que arrumou essa esmola aí que foi o incremento do incentivo por titulação. Mesmo assim, alguns sindicatos cantaram vitória. Vitória de quem? Isso foi vitória do Aldo. Porque os sindicatos jamais chegaram a negociar com o governo qualquer coisa. Não houve negociação. Isso foi uma decisão do Aldo. E, no caso da UEL, eu me lembro que esse incentivo por titulação, inclusive, foi tirado da própria universidade. Tiveram de fazer remanejamento do orçamento para que coubesse esse incremento por titulação. Então, eu defendo que o Andes Sindicato Nacional, a sua regional, se engaje na defesa da reposição salarial e não saia disso, até porque é a ponte que nos unifica com todos os servidores do Estado do Paraná.

Pergunta da chapa 1

Na opinião de vocês, como vocês acham que o ANDES sindicato nacional pode continuar a fazer a luta para a representação dos interesses, principalmente dos mais fragilizados nesses últimos anos, os mais atacados, que são os professores e professoras temporários e os aposentados e aposentadas? A gente teve as últimas reformas da previdência que o ANDES esteve sempre denunciando, afrontando essas reformas, defendendo a manutenção, só que fomos atropelados. E é necessário que haja um compromisso firme, quando a gente fala em mudança do plano de carreira, a gente acaba por abandonar os aposentados e aposentadas. Como vocês acham que uma diretoria do Ande Sindicato Nacional pode estar atuando nessa área tão importante?

Nossa resposta

Na nossa plataforma aparece aqui também a questão da luta pela revogação de todas as contrarreformas, como a da previdência, trabalhista etc.

Nas deliberações do nosso sindicato, nos seus congressos, isso tudo é aprovado. Isso tudo é aprovado. O problema é que não sai do papel. Então, o que a nossa chapa defende é que, além dessas bandeiras, temos de retomar os métodos de mobilização, de ação direta. As greves, as manifestações, as ocupações, é isso que está faltando. Ficar fazendo guerrilha na internet, é derrota na certa. Ou confiar que um juiz, um desembargador, um ministro ou um supremo vai nos favorecer, é derrota na certa. Então nós temos de voltar a assumir os métodos próprios dos trabalhadores. É dessa forma que vamos retomar inclusive a autonomia universitária. E enfrentar esses problemas, por exemplo, dos temporários e de outras situações dentro das Universidades que configuram um trato desumano. Para os próprios efetivos, a situação está ficando cada vez mais difícil. Então, assim, o papel do ANDES-SN não é apenas deliberar grandes bandeiras, bandeiras corretas, é organizar de fato o enfrentamento. É isso que a gente está defendendo e quer trazer aqui para debate da base. E depende muito do sindicato. Como diz o Edmilson, todo mundo aqui respeita deliberações de Assembleia. Todo mundo respeita. O ponto é o seguinte, qual é o papel da direção? Qual é o papel do sindicato? Porque quando o sindicato fala para a base, isso tem muito peso, tem muita influência.

Consideração final da nossa chapa

Então, a Chapa 3 se coloca claramente pela defesa da autonomia do sindicato, mas entende que essa autonomia deve se traduzir numa postura classista, orientação classista, sem nenhum tipo de tergiversações, caracterizar claramente quando enfrentamos o inimigo, dizer claramente que o governo Ratinho Júnior é um governo que ataca as universidades públicas, que ataca os direitos dos trabalhadores. Que o governo Lula é um governo burguês a

serviço do capital financeiro e da continuidade das políticas de Temer e Bolsonaro. Isso tem de ser colocado claramente. É isso que delimita o classismo. Não esconder e nem chamar a votar nessa gente, criando ilusões de que essa gente possa resolver algum problema da universidade. E, reafirmando um pouco a minha tentativa de explicar como que gente entende que isso deve acontecer no cotidiano, que o sindicato deve a toda hora indicar o caminho da luta, do enfrentamento e dos métodos da ação direta, da mobilização, da greve, das manifestações. E na explicação dos processos, dos fenômenos, dos conflitos e tudo mais, privilegiar isto que eu encontrei recentemente em Trotsky, respondendo ao problema da

relação entre meios e fins: “São admissíveis, escrevia Trotsky, e obrigatórios apenas os meios que aumentam a coesão do proletariado, inflamam sua consciência com um ódio inextinguível para com toda forma de opressão, ensinam-lhe a desprezar a moral oficial e seus arautos democráticos, dão-lhe plena consciência de sua missão histórica e aumenta sua coragem e sua abnegação”. Estes são os métodos, estes são os meios que nós defendemos que o sindicato deve privilegiar, porque é isso que vai dar coesão e firmeza para enfrentar, inclusive, os setores das pós-graduações que em toda greve vão querer boicotar.

Campanhas do POR

Partido 

NOSSA CLASSE

**Pela organização independente dos trabalhadores!
Sob o programa da revolução proletária!**

Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário
Ano XXI - Abril/2025

 (11) 95446-2020

nossa.classe@hotmail.com | pormassas.org
@massas.por | anchor.fm/por-massas



São Paulo - Diadema

Resposta operária às demissões e ao fechamento da Movent

Os operários da empresa Movent, antiga Dana Nakata, em Diadema, estão desde fevereiro sem receber salários e direitos, acampados em frente à fábrica para garantir que nenhuma máquina seja retirada do local. A fábrica está com a produção paralisada desde dezembro por falta de matéria-prima e outros. A partir de julho de 2018, a patronal vem atrasando o pagamento dos salários, FGTS, férias, 13º, PLR, plano médico e demais direitos. A fábrica contava com 440 operários. Em 2023, foram demitidos 282, sem pagamento das verbas rescisórias. No ano passado, a empresa voltou a demitir em massa os trabalhadores, sem o pagamento de direitos.

Qual foi a atitude da direção do Sindicato Metalúrgico do ABC? Somente enrolação. A decisão de acampar na porta da fábrica não trará os empregos de volta, nem os salários. Recorrer à Justiça do Trabalho ou fazer acordo com a patronal, que não são cumpridos, também já provaram que não servem aos operários.

O problema está na política da direção do sindicato, que não convoca assembleias e que não unifica a luta dos operários da Movent com a dos demais trabalhadores, que também estão sendo vítimas das demissões, da terceirização e do fechamento de fábricas. Isoladamente, os trabalhadores da Movent não têm força para impor seus direitos à patronal. Daí a importância das mobilizações unitárias, o que significa romper com a política de conciliação de classes da direção do sindicato.

O Boletim Nossa Classe vem mostrando que somente com a organização dos operários e com seus próprios métodos de luta é possível derrotar as medidas patronais. Diante do fechamento da fábrica, a luta pela estatização e pelo controle operário da produção é a única resposta para garantir os empregos. O que implica trabalhar por uma forte mobilização em torno à bandeira: Fábrica fechada, fábrica ocupada!

Denúncia dos operários da Braskem ao Boletim Nossa Classe

Durante panfletagem na porta da Braskem, um operário questionou sobre o trabalho ocorrido no dia do feriado municipal de aniversário de Santo André. Disse que a gerência da empresa alegou que os operários não tiveram o direito à folga “porque apesar da entrada do complexo de fábricas ficar no município de Santo André, as fábricas operam dentro do município de Mauá”. Completou o operário que os impostos recolhidos engordam os cofres do município de Santo André. Se o governo pode recolher os impostos, porque os operários não podem usufruir do dia de folga? Por outro lado, foi relatado também que quando teve o feriado de aniversário do município de Mauá, em dezembro de 2024, as empresas terceirizadas dentro da Braskem também não deram folgas aos operários.

Diante desse questionamento, o militante do Boletim Nossa Classe respondeu que os patrões fazem de tudo para explorar os trabalhadores, como foi o caso dos aniversários das duas cidades. Como o complexo fabril da Braskem fica na divisa dos dois municípios, os patrões se acham no direito de não conceder a folga. O patronato aproveita a desorganização dos operários para aumentar a superexploração da mão-de-obra. Eis aí por que o Boletim Nossa Classe vem trabalhando para constituir as direções classistas nas fábricas, por meio dos Encontros Operários. Nessas reuniões, são discutidos os problemas fabris, a organização no interior das fábricas e sindicatos e é feita uma formação política.

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



Nota do Boletim Nossa Classe

Bancos batem recorde de lucro!

Pela estatização, sem indenização dos bancos privados e do sistema financeiro! Por um banco único do Estado, sob o controle operário!

Os bancos privados tiveram lucro recorde em 2024. O maior deles, o Itaú-Unibanco, faturou R\$ 41,4 bilhões. O Bradesco obteve R\$ 19,5 bilhões. O Santander R\$ 13,8 bilhões de lucro. De conjunto, os três grandes bancos privados lucraram R\$ 74,8 bilhões com uma média de crescimento de 22% em relação à 2023. Os capitalistas do setor bancário nunca lucraram tanto como no governo Lula/Alckmin. O atual presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, indicado pelo Lula, está dando continuidade ao aumento da Taxa Selic, que passou de 10,50% em maio de 2024 para 13,25% em janeiro de 2025. É importante lembrar que a cada 1% de aumento da taxa Selic, o governo paga R\$ 50 bilhões de juros da dívida pública aos banqueiros.

Os sindicatos controlados pela burocracia da CUT, Força Sindical e demais centrais são utilizados para defender o governo burguês de Lula, que vem servindo à burguesia em geral e ao grande

capital, em particular. O capital financeiro que tem sob seu poder os bancos é o grande credor da dívida pública do governo (hoje na casa dos R\$ 7 trilhões) e age como um enorme monopólio privado, que parasita a atividade econômica e o trabalho social. O lucro recorde, que não poderia ser obtido sem a conivência dos governos, é uma verdadeira provocação e acinte contra os milhões de assalariados que sobrevivem com até um salário mínimo e deve ser respondido pelos trabalhadores e a juventude pobre.

O Boletim Nossa Classe combate a política do governo Lula, que é de continuidade dos governos Temer e Bolsonaro. Mostra a incapacidade do governo Lula de revogar as contrarreformas, que são medidas exigidas pelo capital financeiro. Denuncia a imposição do salário mínimo de fome, enquanto protege os banqueiros. E levanta a bandeira de estatização de todo o sistema bancário, sob o controle da classe operária.

Rondônia

Governador anuncia a terceirização do Hospital João Paulo II



No dia 15 de abril, aconteceu uma manifestação em frente ao hospital João Paulo II, em Porto Velho, contra as medidas de terceirização e privatização do governador, coronel Marcos Rocha. Na manifestação, compareceram os trabalhadores da saúde do estado, sindicatos e conselhos de saúde.

Poucos dias antes, em 12 de abril, veio à tona a denúncia de uma médica que presta serviço no hospital João Paulo II. Desabafa a médica que quando um paciente morre não há tempo para lamentar, pois já tem dez esperando. Que enquanto atende um paciente, assiste outro morrer ao seu lado, sem condições de fazer nada. Essa denúncia foi mais uma das inúmeras que a população assiste quase que diariamente. Isso por que o hospital há muito tempo vive cenas de horror, com pessoas e macas espalhadas pelos corredores à espera de atendimento ou de internação.

Diante dessa situação calamitosa, o governador anunciou que iria fazer a transferência da gestão do Hospital João Paulo II, Hospital de Retaguarda de Rondônia e Assistência Médica Intensiva (AMI) para a iniciativa privada. Assim, publicou uma portaria para a contratação de uma empresa privada para gerenciar os serviços hospitalares estimado em até R\$ 500 milhões por ano. Marcos Rocha alega que foi após o cancelamento da construção do



novo hospital urgência e emergência do estado, "HEURO", obra que há quase 14 anos é aguardada pela população como solução para a superlotação, é que os problemas cresceram. E ainda, anuncia um "plano B", que prevê a compra de um hospital pronto para atender a demanda.

No contrato de terceirização, a empresa iria gerenciar as atividades em diversas unidades hospitalares, utilizando toda estrutura do SUS e os profissionais atuais dos hospitais envolvidos na terceirização seriam realocados para outros setores da secretaria de saúde e os trabalhadores com contratos emergenciais seriam demitidos.

Após as manifestações, o governador foi obrigado a acatar a recomendação da Controladoria-Geral do Estado (CGE), que apontou riscos no processo, e suspendeu temporariamente a portaria.

A militância do Partido Operário Revolucionário (POR) interveio na manifestação criticando o ataque de Marcos Rocha à saúde pública e assinalando que somente a organização dos trabalhadores poderá derrotar o plano de terceirizar e privatizar os hospitais públicos. O que implica que os sindicatos e movimentos populares convoquem as assembleias para dar continuidade à luta.

Rio de Janeiro

Apoio aos terceirizados da UFRJ passa por levantar a bandeira do fim da terceirização

No dia 17 de abril, o POR realizou uma panfletagem em frente ao Bandeirão Central da UFRJ, na Ilha do Fundão. Na esteira dos últimos acontecimentos na universidade, a atividade marca o apoio do partido aos terceirizados do bandeirão, que entraram em greve na última semana devido ao não pagamento de quase dois meses de salário pela empresa privada Nutrienergy, que administra os bandejões da universidade. O DCE Mario Prata, afim de apoiar a luta dos terceirizados, encabeçou o funcionamento do bandeirão pelos próprios estudantes e garantiu a alimentação dos alunos sem a necessidade do pagamento usual de dois reais por refeição.

Apesar dos esforços do DCE em tentar garantir a refeição para a maioria dos estudantes, fato é que o mesmo movimento não convocou uma assembleia geral dos estudantes para deliberar questões em torno dessas e outras demandas. O reflexo disso é que no dia 18, já com o pagamento realizado para os terceirizados, não foi levantado a bandeira do pagamento com correção, tampouco da efetivação dos terceirizados sem a necessidade de concurso.

Através do Boletim Universitário, o POR enfatizou a necessidade da luta de apoio aos terceirizados passar necessariamente por levantar a bandeira do fim da terceirização e que a mobilização não poderia esmorecer com o pagamento dos salários atrasados.



Nesse aspecto, foi colocada a urgência do DCE convocar uma assembleia geral estudantil, visando a construção da assembleia geral universitária unindo os estudantes, professores e funcionários.

Durante a realização da ação, os terceirizados e estudantes presentes no bandeirão se mostraram de acordo com a linha e a necessidade de romper com o imobilismo.

Ceará

Dia nacional de paralisação marcado pelo divisionismo

As burocracias sindicais do SINDIUTE e APEOC atenderam ao chamado da CNTE sobre a Semana Nacional de promoção e defesa da educação pública e convocaram a categoria a paralisar no dia 23 de abril. Porém, ao invés da unificação dos trabalhadores da educação em um único ato, prevaleceu o interesse corporativista de cada burocracia. A direção da APEOC convocou os professores da rede estadual para se concentrarem na Assembleia Legislativa, ao passo que o Sindiute convocou os professores da rede municipal para os portões da Prefeitura.

O ato convocado pelo Sindiute esteve marcado pelo distracionismo e falta de democracia. Contou com não mais que 400 professores. A burocracia orientou a categoria a fazer cartinhas com os alunos para serem entregues ao prefeito com pedidos e cobranças da comunidade. O objetivo era mostrar que o ato era menos sindical e mais de “defesa da educação”. Todavia não fizeram questão de mobilizar nem estudantes, nem pais para a manifestação. Mais uma vez a burocracia fechou o espaço de fala do professor de base. E mais uma vez apenas a burocracia sindical falou, com exceção dos professores autorizados a lerem as cartinhas. Foi negado o direito de fala para a Corrente Proletária. O ato concluiu com informes da burocracia que estava na mesa de negociação com o Prefeito.

Na Assembleia Legislativa, o ato convocado pela APEOC teve um caráter mais democrático, porém padecia da falta de professores. O pouco comparecimento indica que a categoria não atendeu ao chamado do sindicato. Por outro lado, destacou-se a presença significativa de um contingente estudantil mobilizado pelas entidades associadas à APEOC. O Ato permitiu a fala dos professores de base e a Corrente Proletária pode fazer sua intervenção. Explicou que é preciso defender a educação com luta, o que significa a unidade e o combate à burocratização das direções sindicais.



O Corrente Proletária na Educação/POR esteve presente em ambas as manifestações, divulgando os seus jornais e panfletando seu Boletim. Defendeu a necessidade de se impulsionar a luta, denunciou a divisão do ato pelos sindicatos, colocou o problema das demissões de funcionários e chamou atenção para os pontos de pauta não atendidos pelos governos. Uma das lições a extrair deste dia nacional de luta é a da urgente necessidade de construir uma oposição classista e combativa contra o burocratismo, o divisionismo e o colaboracionismo das direções sindicais. O POR se empenha nesta tarefa e convoca todos os ativistas conscientes da categoria a caminhar com firmeza e organização neste objetivo.

Ceará

Boletim Corrente Proletária - municipais

O Boletim da Corrente Proletária de abril traz um primeiro artigo sobre a necessidade de convocar uma assembleia presencial da categoria para discutir e aprovar um plano de lutas, visando arrancar as reivindicações não atendidas pela Prefeitura, que vão desde o confisco dos aposentados, passando pela eleição para diretores de escola, até a retomada dos direitos retirados (anuênios e licença prêmio). O artigo denuncia a conduta da direção do Sindiute de atacar o secretário de educação do PDT e poupar o prefeito do PT, dando a este último todo aval para sua atuação.

O segundo artigo denuncia a demissão dos funcionários ter-

ceirizados que pertencem aos quadros das escolas e postos de saúde de que são, há muitos anos, indicados por vereadores. Defende a efetivação destes trabalhadores e a estabilidade a todos.

O terceiro artigo analisa os dados do Censo Escolar de 2024 que releva a situação de abandono de milhares de escolas no país e denuncia o descaso da burguesia com o ensino público.

Conclui com o artigo em que critica as burocracias sindicais, que dividiram a categoria em dois atos separados no dia nacional de luta e chama a construção de uma oposição combativa e de luta.

Pernambuco

Balanço do Dia Nacional de Paralisação do Magistério, em Recife

No dia 23 de abril, ocorreram ao mesmo tempo dois atos no centro de Recife, promovidos pelos sindicatos dos professores estaduais (SINTEPE), municipais (SIMPERE) e dos servidores públicos de Recife. Estes atos se deram em função da paralisação nacional da educação pública, convocada pela CNTE. Lamentavelmente, ficou claro o divisionismo provocado pela burocracia sindical. Os professores do estado caminharam até a ALEPE, Assembleia Legislativa de Pernambuco, e os professores e servidores municipais caminharam até a prefeitura de Recife por caminhos diferentes. Além disso, os servidores municipais seguiram por um trajeto mais curto à prefeitura, enquanto os professores municipais seguiram por um trajeto mais longo.

Mesmo a CUT sendo a central onde estão filiadas ambos os sindicatos, esta não fez sua função de unificadora das lutas, permitindo atos descentralizados que enfraqueceram a luta e a mobili-

zação das bases, que em sua maioria trabalharam normalmente no dia 23. O número cada vez mais alto de professores com contratos temporários também fragiliza a unidade, dado que estes são ameaçados de perderem seus contratos. E as direções sindicais, por sua vez, não travam um combate pela efetivação de todos os professores com contratos temporários.

São reivindicações do SINTEPE: a climatização de 100% das salas de aula, a requalificação e manutenção predial, a merenda escolar de qualidade, a cobertura das quadras esportivas, a reformulação do Plano de Cargos e Carreira e o reajuste de 6,27% em toda a carreira dos servidores da Secretaria de Educação de Pernambuco, com acréscimo de 50% para os que possuem licenciatura. Já o SIMPERE se limitou a denunciar o descumprimento da lei do Piso do magistério e a proposta de reajuste de apenas R\$1 no ticket de alimentação.

O ato promovido pelo SIMPERE teve o seu microfone monopolizado por diretores da CTB que, ocasionalmente, o compartilhava com professores independentes da base, proibindo a fala a um antigo diretor do SIMPERE que é militante do PSTU e da CSP-Conlutas, escancarando a burocracia do sindicato. A caminhada também foi bastante difusa, pouco foram os momentos que se orientou as pessoas estarem na rua e não na calçada, percorrendo um caminho bem mais longo e sem ter efetivamente fechado o fluxo de automóveis nas ruas. O governismo do SIMPERE é reforçado quando vemos que o PCdoB é base do governo do João Campos, já que o vice-prefeito de Recife é do PCdoB, que é o partido que controla a CTB. As falas dos diretores da CTB se limitavam a repetir as mesmas críticas ao João Campos e a defesa da pauta rebaixada do sindicato, sem apontar a luta contra a precarização dos contratos dos professores.

Só a união dos trabalhadores pode fortalecer a luta pela reivindicações. Faz-se necessária a união dos professores nos três níveis (federal, estadual e municipal), com os estudantes, técnicos e terceirizados para impor ao Estado que nenhum trabalhador, inclusive os professores, receba menos do que o salário mínimo vital, a efetivação dos temporários, a redução da jornada de trabalho sem redução salarial, e o financiamento integral para o pleno funcionamento das instituições públicas de ensino. Essas reivindicações precisam se conectar com a plataforma mais geral de revogação das contrarreformas previdenciárias, trabalhistas e do ensino médio, estatização da rede privada sem indenização e criação de um sistema único, público, gratuito, laico, científico, vinculado à produção social e controlado pelos que estudam e trabalham. Trata-se de uma luta que implica a defesa dos métodos próprios dos trabalhadores.

LANÇAMENTO
FOLHETO


POR
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO

Lições da Greve
do Magistério
estadual do RN
de 25 de fevereiro a 31 de março de 2025



Fortalecer a fração revolucionária na educação básica

Adquira
com um
distribuidor
do Jornal
Massas por
apenas:
R\$ 5,00


POR
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO

Corrente Proletária
NA EDUCAÇÃO

Rio Grande do Norte - São Gonçalo do Amarante

Greve do magistério é encerrada sem conquistar o repasse do Piso na carreira

Em quase um mês de greve, que se iniciou dia 24 de março pelo repasse do Piso na carreira, a categoria aprovou o encerramento do movimento grevista na assembleia do Sinte/núcleo SGA de 22 de abril.

O prefeito Jaime Calado (PSD/Solidariedade), que repassou o Piso apenas para uma minoria de professores em início de carreira, atacou abertamente o movimento do início ao fim. Começou com uma campanha de mentiras de que os professores supostamente recebiam R\$14 mil de salário, e acionou a Justiça e, por sua vez, determinou a suspensão da greve e uma multa diária de R\$ 5 mil.

A categoria, bravamente, resistiu à determinação judicial por vários dias. No entanto, a greve não conseguiu se expandir, e ficou restrita a uma minoria de escolas que, com o passar dos dias, foi cedendo às pressões da prefeitura, algumas retornando parcialmente ao trabalho.

A direção do Sinte/núcleo SGA (Muda Sinte/PSTU e simpatizantes) estava fragilizada politicamente. Dois diretores chegaram

a furar a greve. E uma parte da direção tendia, desde o início, a acatar a determinação judicial e suspender a greve, enquanto outra parte manteve a defesa da continuidade. Diante da campanha de mentiras e ameaças do prefeito, a direção sindical não conseguiu dar respostas imediatas e à altura que pudessem neutralizar o efeito dessa campanha burguesa sobre o estado de ânimo da categoria.

O comando de greve, do qual a Corrente Proletária na Educação compunha, também não conseguiu reverter o refluxo da greve, uma vez que, sem que mais professores de base assumissem o comando, este não conseguia em tempo hábil discutir em todas as escolas.

A assembleia do dia 22 de abril, bastante esvaziada, não teve outra saída a não ser deliberar pelo encerramento a greve, depois de uma luta heroica da categoria contra o autoritarismo da prefeitura e a ditadura da Justiça burguesa contra os trabalhadores. Os ensinamentos dessa luta devem servir para fortalecer a fração revolucionária no magistério, para impulsionar e recompor as forças da categoria para as próximas lutas que virão.

São Paulo

Avaliação das duas semanas de greve dos trabalhadores de educação municipais

Câmara de Vereadores aprova, em primeira votação, o PL da Esmola, de autoria do prefeito Nunes. A greve continua!

No dia 23/4, o PL 416/25, conhecido como PL da Esmola, foi aprovado em sessão extraordinária da Câmara de Vereadores de SP, por 31 votos favoráveis contra 15. Restam ainda a segunda votação, prevista para ocorrer entre os dias 29 e 30/4, e a sanção do Prefeito, para que a medida entre em vigor.

A mísera proposta é de reajuste salarial a todo o funcionalismo em duas parcelas, sendo a primeira de 2,6% para maio de 2025 e 2,55% para maio de 2026. Propõe ainda uma política de “revalorização” do magistério na forma de abono, ou seja, sem incorporação, reajustando os salários dos docentes do nível médio (QPE 11A – Cat 1) em 6,27%. Vale frisar: esses 6,27% não são para o Quadro de Apoio, nem para os gestores, nem para os professores Cat 2 (licenciatura curta) e Cat 3 (licenciatura plena). O PL indica, por fim, o aumento do Auxílio e do Vale refeição também em duas parcelas, com os mesmos índices do reajuste aos servidores. O reajuste proposto não corresponde nem mesmo à inflação do período. Segundo o IBGE, entre maio de 2024 e março de 2025 o acumulado é de 5,48%. E agora, com o tarifaço de Trump, a tendência é de elevação da inflação e, consequentemente, maior perda salarial.

No mesmo dia da votação na Câmara, ocorreu uma audiência de conciliação convocada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), requerida pela própria Prefeitura, a qual, no entanto, não apresentou proposta alguma. Trata-se de mais uma demonstração da intransigência do governo bolsonarista de Nunes/ MDB. O pre-

feito já havia apelado à Justiça burguesa para tentar frear a greve. Uma liminar foi concedida, exigindo o funcionamento de 70% das unidades escolares, sob pena de multa de R\$10 mil/dia aos sindicatos. Em resposta, a categoria decidiu repetidamente pela greve, nas assembleias dos dias 15, 16 e 23/4.

Os trabalhadores têm considerado a proposta do governo vergonhosa e miserável. Isso mostra que há disposição para lutar pelas reivindicações, que são, em síntese: I) a recomposição salarial de 44%; II) o fim da Lei 18.221, que penaliza com a redução salarial (perda da JEI, que é a Jornada Especial Integral de Formação) os readaptados e aqueles que entram em licença médica superior a 30 dias; III) pela redução da jornada do Quadro de Apoio, sem redução de salário; IV) fim das privatizações e terceirizações; V) por melhores condições de trabalho e de ensino. É importante frisar as demais reivindicações da pauta, pois o movimento não se restringe à derrubada do PL 416, o PL da Esmola. Sabe-se ainda da pretensão do governo, que permanece de pé, de transformar os salários em subsídios, o que levaria à perda dos quinquênios e sexta-parte.

Agora, o movimento se encontra diante de um risco, que é o da ilusão no Parlamento. A experiência tem demonstrado com inúmeros exemplos que a Câmara de Vereadores é um cemitério de direitos dos trabalhadores. É parte do Estado burguês, instrumento de opressão da classe dominante sobre os explorados. A velha máxima reformista do “se votar, não volta” já se mostrou inútil. Os vereadores votam de acordo com seus interesses corporativos e de classe. São marionetes nas mãos dos capitalistas. Por isso, a greve deve estar inteiramente voltada a impor a retirada do PL da Esmola, a revogação da Lei 18.221 e o atendimento das reivindicações do funcionalismo.

A resposta da categoria, diante da intransigência e do autoritarismo do governo, deve ser a ampliação da mobilização. A greve deve se ampliar e para isso é fundamental a ação dos comandos de

greve nas regiões. Outra medida de suma importância é a construção de uma greve ativa, com as manifestações de rua, com as ocupações, bloqueios de avenidas etc. Não há outra forma de quebrar a intransigência desse governo ultradireitista. Os educadores têm de empregar os métodos genuínos da classe operária.

Daí a necessidade de assembleias democráticas. As direções sindicais da Coeduc (frente que reúne o Sinpeem, que é o maior sindicato da Educação municipal, o Sedin e o Sinesp) têm conduzido as assembleias de modo a impedir a apresentação de propostas divergentes ou mesmo de acréscimo no carro de som, permitindo, quando muito, os pronunciamentos durante o momento do ato, ou seja, quando não está aberto o processo decisório. Isso é muito grave! A mutilação do princípio da democracia operária joga contra a construção coletiva da mobilização e impõe autoritariamente uma linha por cima da base da categoria. Não é possível tolerar o autoritarismo das burocracias sindicais justamente quando os trabalhadores estão enfrentando o autoritarismo do governo.

São Paulo – São Sebastião

Campanha salarial 2025

Servidores municipais de São Sebastião

A Corrente Proletária do Litoral Norte-SP, juntamente com o Sindserv (Sindicato dos Servidores Municipais de São Sebastião), participou da manifestação em frente à garagem municipal de São Sebastião, que abriga os setores da Secretaria de Serviços públicos (Sesep), no último dia 22/04, seguindo as deliberações das assembleias realizadas no início do mês de março, que aprovou a pauta de reivindicações e o calendário de lutas. Durante a manifestação também foi feito o chamado para a paralisação geral do dia 7 de maio, como parte das deliberações aprovadas nas assembleias, caso os trabalhadores não tenham as reivindicações atendidas.

Com data-base em 1º maio, não há nenhuma informação da prefeitura sobre a revisão salarial dos servidores. Ao contrário, o prefeito (Reinaldinho) editou um Decreto de Calamidade Financeira, como subterfúgio para não pagar o reajuste salarial dos servidores e outras contas obrigatórias do município. Basta ver que os estudos apresentados pelo DIEESE constatou que a arrecadação municipal aumentou expressivamente em comparação com as despesas. O DIEESE também elucidou sobre os valores econômicos disponíveis pela municipalidade para o norteamiento e destinação do dissídio coletivo e afirmou que “a cidade está longe de atingir o limite de alerta para despesa com pessoal dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal, restando ainda 28,5% de aumento para atingir a margem prudencial”. Dados que indicaram também que a elevação dos preços dos bens de consumo para sobrevivência do proletariado estão muito acima dos míseros repasses salariais.

Com base nesses estudos, a direção do sindicato apresentou a seguinte pauta: Reajuste salarial de 10%; readequação da Tabela de Vencimentos para que nenhum trabalhador receba menos de dois salários mínimos federais; reajuste no Vale-Refeição de R\$40,00 para R\$60,00, calculado proporcionalmente às horas trabalhadas; reajuste do Vale-Alimentação de R\$495,00 para R\$990,00, entre outras, que foi aprovada pelos trabalhadores nas assembleias.

A direção do sindical disse que “caso até 1º de maio não ocorra o reajuste dos salários e vales, ocorrerá paralisação total dia 7 de maio, com concentração às 7h em frente ao Paço Municipal, para cobrar que a prefeitura receba o sindicato e atenda às necessidades da categoria”.

A Corrente Proletária se empenhou na defesa das condições elementares de vida que unem os trabalhadores, como o salário mínimo vital, suficiente para a sobrevivência da família trabalha-

A Corrente Proletária na Educação/POR está intervindo ativamente da construção dessa importante greve, defendendo a mais ampla unidade, no campo da independência de classe, para enfrentar o ultradireitista Nunes. Tem defendido a unidade do funcionalismo municipal, em oposição ao divisionismo imposto pela Coeduc. No mesmo sentido, tem colocado a necessidade de unificar a luta dos trabalhadores com a do movimento estudantil e com as famílias dos jovens. A unidade com os estaduais também está concretamente colocada na situação, tendo em vista a convocação de assembleia pela Apeoesp, com indicativo de greve. A Corrente Proletária tem insistido na proposta de um Dia Nacional de Luta, como forma de erguer a força necessária para que as diversas lutas que têm despontado conquistem suas reivindicações.

Ação direta, greve, unidade e independência de classe são as palavras-chaves para o movimento ser vitorioso. Viva a greve dos municipais de SP!

dora, emprego a todos, escala móvel das horas de trabalho e de todos os direitos adquiridos. Defendeu que as reivindicações só serão conquistadas por meio dos métodos próprios dos trabalhadores (greve, bloqueios de ruas e avenidas, ocupações, etc.)

Apoio da Corrente Proletária à luta dos petroleiros do grupo 2 UTGCA L.N

O Sindicato dos Petroleiros (Sindipetro) do litoral norte de São Paulo, junto com os petroleiros e petroleiros, realizaram vários atos no mês de março e decidiram pelo encerramento do estado de greve, aprovando a greve para o dia 28 de abril por tempo indeterminado.

A empresa se nega a atender às reivindicações da categoria, que segundo informação da direção do sindicato, os trabalhadores estão expostos a acidentes cada vez mais constantes, colocando em perigo todos que lá trabalham. Nesse sentido, as principais reivindicações são: 1) Por mais segurança e efetivo; 2) Contratação de mais Técnicos de operação, Técnico de sobreaviso e manutenção, Administrativo meio ambiente, inspeção de equipamento etc.

Diante das condições cada vez mais precárias a que estão submetidos os petroleiros(as), expostos a acidentes cada vez mais frequentes como vazamento de produtos químicos, perigos de explosão, falha de equipamento e elétrica, por exemplo, foram obrigados a recorrerem à greve.

A Corrente Proletária trabalha pela vitória da luta dos petroleiros. Denuncia as condições de trabalho e exige o atendimento das justas reivindicações.



Ceará – Universidade Federal do Ceará

É necessário organizar a luta pelas reivindicações estudantis

A UFC tem acumulado, no último período, um conjunto de problemas que tem afetado diretamente tanto estudantes, quanto funcionários terceirizados.

Os problemas estruturais ainda perduram em vários campi, com salas sem condições de aula, falta de iluminação noturna e banheiros deteriorados. A eles vêm se juntar os velhos problemas da restrição do acesso às salas de aulas (que ficam trancadas) para estudos individuais, a queda na qualidade da comida no RU e o mais recente de todos: a violência, que volta a rondar os campi de Fortaleza.

As limitações orçamentárias da universidade estão na base dessa situação. O próprio orçamento do MEC teve perdas de R\$ 2,7 bilhões no Congresso. A Reitoria assume as diretrizes do governo Lula/Alckmin e se mostra incapaz de lutar contra essa situação. O fato do Reitor da universidade, Custódio Almeida, apoiado

pela maioria das correntes do movimento estudantil, continuar mantendo, vergonhosamente, um programa de cooperação com a Universidade Ben-Gurion Negev de Israel, no momento em que este enclave imperialista promove o genocídio do povo palestino, diz muito sobre a capacidade desta gestão se adaptar e calar diante dos problemas.

A Corrente Proletária Estudantil/POR tem lutado contra esse estado de coisas, realizando intervenções e chamando a atenção dos estudantes para a luta coletiva. Assim, interveio no último CEB - defendendo a construção de uma frente universitária classista, unificando trabalhadores e estudantes na luta em defesa dos empregos, salários, direitos e educação pública. Esteve no ato na Reitoria por mais auxílios, bolsas e moradias estudantis. E realiza panfletagem regular com seu Boletim no RU do Benfica.

60º Congresso Nacional da UNE (CONUNE)

Começaram os preparativos para o CONUNE

As inscrições para cadastrar as comissões eleitorais para a organização da eleição dos delegados para o 60º Congresso Nacional da UNE (CONUNE) foram iniciadas em 23 de abril. Neste ano, o CONUNE acontecerá em Goiânia, Goiás, entre os dias 16 e 20 de julho. As comissões eleitorais podem ser de 10 (C10) ou de 3 (C3) pessoas. No primeiro caso, quando não existe um DCE organizado na universidade, e, no segundo, quando há um DCE ativo na universidade.

O histórico congresso da UNE há muito tempo tem sido marcado pelo extremo aparelhamento a serviço da continuidade da gestão burocratizada da UJS, juventude do PCdoB, e seus aliados. Durante o CONEB, realizado em Recife, ficou claro que os estudantes independentes não possuem nenhum direito a voz nos espaços de formação, debate e de congresso, e a oposição na UNE, em maior ou menor medida, aceita os ditames burocráticos dessa maioria.

O governo e eleitoralismo fazem com que a UNE seja subordinada à política privatista e destruidora da Educação. Neste ano, a UNE fez pressão para a aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA), a mesma LOA que cortou 2 bilhões da educação e aprovou pacotes recordes de verba para os juros da dívida pública e para o plano Safra, deixando as frações burguesas do rentismo e

do agro cada vez mais ricas. É tempo de forjar uma oposição revolucionária no interior da UNE e apontar a traição aos estudantes que a UJS e sua camarilha estão aprofundando.

Convidamos os estudantes a construir conosco a Corrente Proletária Estudantil. Toda força à construção de uma oposição classista! Lutemos pela libertação da UNE de sua direção conciliadora e governista!

59º CONUNE

**Adquira já com
o distribuidor do
Massas por apenas
R\$ 5,00**

**Teses da Corrente
Proletária
Estudantil para
o 59º Congresso
da UNE e outros
textos**



São Paulo - USP

Assembleia da ADUSP: campanha salarial e outras reivindicações

No dia 1 de abril a Adusp, Sindicato dos Docentes da USP, realizou uma assembleia para iniciar a campanha salarial de 2025, além de incluir outros pontos na pauta. A data-base da categoria é maio. A assembleia aprovou os pontos de reivindicação que foram trazidos do Fórum das Seis (entidade que reúne os sindicatos e entidades estudantis da USP, Unicamp, Unesp e Centro Paula

Souza). No dia 8, o Fórum se reuniu para avaliar a rodada de assembleias que ocorreu nas três universidades. Destaque-se o fato de que os DCE não fizeram assembleias.

Os pontos principais foram: reposição salarial em relação ao poder de compra de 2012, com índice de aproximadamente 17%; um ponto sobre mudança da fonte de financiamento das univer-

sidades paulistas, que passaria do ICMS para a Receita Tributária Líquida, já que com a Reforma Tributária o ICMS será mingua-do e depois extinto; um ponto sobre isonomia entre ativos e apo-sentados; sobre permanência estudantil, incluindo ampliação de moradia e restaurantes universitários, melhoria nas condições de trabalho e estudo; e a defesa do vínculo das Etec e Fatecs com a Unesp. De conjunto, as reivindicações estão corretas, principal-mente quando se analisa o superávit que a USP teve no último período, R\$ 5 bilhões. No entanto, a assembleia não aprovou um plano de lutas para conquistar as reivindicações, se limitando a levar os pontos para uma reunião com o Cruesp (entidade dos rei-tores das universidades).

A situação financeira da USP vai de vento em poupa, somando do final de 2023 para o final de 2024, R\$ 1,2 bilhão em caixa. No en-tanto, essa situação econômica favorável se choca com as condições de trabalho e estudo, que os dias de calor extremo expuseram toda a deterioração dos prédios, salas de aula e laboratórios. Se choca também com as condições dos restaurantes universitários, que são poucos e formam filas quilométricas, bem como com as condições do Hospital Universitário, que sofre de subfinanciamento. Além disso, as condições de permanência estudantil são as piores pos-síveis, com bolsas insuficientes em quantidade e com valor abaixo do necessário, que atrasam, além da estagnação na quantidade de moradias oferecidas. A reitoria da USP, sob o comando de Carlotti Jr., prioriza a acumulação de valores e os projetos privatistas na universidade, em detrimento dos estudantes e trabalhadores.

A política rebaixada da direção estudantil

A atual direção do DCE, formada majoritariamente pelas cor-rentes Correnteza/UP, Juntos/MES/PSOL, Afronte/Resistência/PSOL e RUA, responsável pela traição da última greve estudantil, como demonstramos no Jornal Massas em outubro de 2023, segue com uma política que vai do distracionismo ao imobilismo, não organizando os estudantes para lutar por suas reais necessidades. Um exemplo concreto está na atual reivindicação encabeçada por essa direção diante das enormes filas de estudantes nos bandejões na hora do almoço e da janta. As filas no bandejão central, por exemplo, ultrapassam o CRUSP chegando à avenida Abraão de Moraes (Raia). Essa situação se arrasta desde o início do ano letivo, sem o chamado de uma assembleia. A inacreditável reivindicação do DCE diante dessa situação é de que a USP forneça quentinhas (marmitas) aos estudantes para acabar com as filas.

Com uma situação econômica favorável na USP, com o Fórum das seis (entidade na qual o DCE faz parte) levantando a reivindi-cação de melhorias e construção de novos restaurantes universitá-rios, o DCE se colocou abaixo do necessário. Não convocou uma assembleia para aprovar as reivindicações estudantis e organizar a luta, mas passou direto à reivindicação rebaixada de pedir mar-mitas. Essas correntes que dirigem o movimento estudantil na universidade mostram mais uma vez que não estão à altura das necessidades de luta e independência política dos estudantes fren-te à reitoria e ao governo Tarcísio, ao qual a USP está submetida.

Rio Grande do Norte

Ato em Natal em defesa do mandato de Glauber Braga (PSOL/RJ)

A concentração ocorreu na calçada do shopping Midway e contou com a presença de militantes das correntes do PSOL (Jun-tos/MES, Fortalecer PSOL), PSTU, MRT e POR, assim como parla-mentares locais ou seus assessores do PT.

O ato em defesa do mandato do Deputado Federal do PSOL/ RJ, Glauber Braga, diante da injustificável cassação, aprovada pela Comissão de Ética, exige uma importante resposta dos partidos de esquerda e suas correntes. A direita e ultradireita cerca um depu-tado dentro do parlamento, em uma clara demonstração contrária às liberdades democráticas, e diante da reação de Glauber, se vêm na condição de cassar o seu mandato.

O POR interveio a fim de defender a unidade em torno às liber-

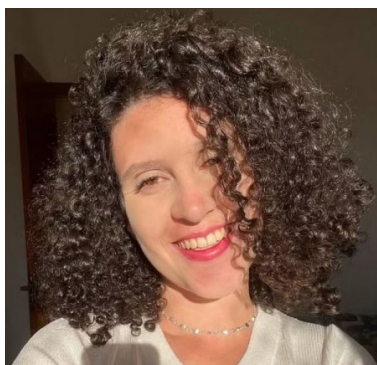
dades democráticas. Ao mesmo tempo denunciou a democracia burguesia, que é de classe. Que é de proteção aos interesses da minoria exploradora em detrimento da maioria explorada. Colo-cou-se contra a cassação de Glauber. E levantou as reivindicações mais sentidas dos explorados, entre elas o fim da escala 6X1. No encerramento da intervenção, o militante disse que não poderia deixar de denunciar a violência policial sofrida pelos oprimidos nos bairros pobres, a exemplo de Bárbara Kelly, assassinada no Passo da Pátria. Rejeitou a CPI que tenta criminalizar o MLB e MST no RN. Concluiu dizendo que tudo isso são expressões da barbá-rie social, própria do capitalismo em decomposição, que deve ser combatido com os métodos do proletariado (greves, bloqueios e paralisações).

São Paulo

Caso Bruna Oliveira e a opressão capitalista sobre as mulheres

O caso da estudante da USP, Bruna Oliveira da Silva, de 28 anos, encontrada morta após 4 dias de-saparecida, em um estacionamento abandonado próximo ao terminal Itaquera (São Paulo) no dia 17 de abril, abre mais uma vez a discus-são sobre o feminicídio e a opressão sobre as mulheres no capitalismo.

O que se sabe até o momento pelo registro de câmeras é que no caminho de casa no dia 13/04 ela foi



atacada por um homem desconhecido, identificado, e dias depois assassinado, segundo informação da própria polícia, supostamente pelo PCC.

Assim, a jovem é mais uma a entrar para as estatísticas. Dados do Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RA-SEAM-2025), divulgados pelo Ministério das mulheres em 25 de março revelam que foram registrados 1.450 casos como feminicídio em 2024 no Brasil, 12 a mais que em 2023. Além dos registros de homicídios dolosos de mulheres e lesões corporais seguidas de morte, que somaram 2.485. Uma outra pesquisa, do Anuário de Segurança, feita em 9 estados bra-sileiros, mostrou que a cada 17h uma mulher foi morta ano

passado e a cada 24h foram notificadas 13 denúncias de violência com vítimas mulheres. Entre as mais atingidas nacionalmente por todo tipo de violência (doméstica, sexual etc.) estão as pretas e pardas, sendo 60,4% (entre 20 e 59 anos) contra 37,5% das brancas na mesma faixa etária. Um quadro que evidencia a distinção de classe na raiz da opressão. O estudo do relatório anual ainda aponta que mesmo sendo a maioria entre as pessoas responsáveis pelos domicílios brasileiros, as mulheres ganhavam em média 79,3% da renda dos homens em 2023. No caso de estupros no Brasil em 2024, foram registrados 196 por dia, 71.892 no ano (RASEAM/25), uma média de 8 a 9 por hora, ou 1 a cada 6 a 7 minutos para dar a dimensão do problema.

Isso ocorre no ano em que completa 1 década da publicação da lei que tipifica o crime de feminicídio e próximo ao aniversário de 20 anos da Lei Maria da Penha. Cida Gonçalves (PT), Ministra das mulheres do governo Lula-Alckmin, comemora avanços no debate sobre a questão e enaltece a campanha Feminicídio Zero, que busca erradicar o problema com políticas públicas, mesmo com “poucos recursos” segundo ela. Numa típica catação de cerejas, por viés de confirmação, o governo seleciona dados que mascaram a realidade, alegando que houve uma queda nos estupros em 1,44% e de 5% dos casos de violência letal contra as mulheres, comparado a 2023. Oculta que tal ano teve os maiores índices desde 2015 e que parte da redução dos casos gerais de homicídio se deve a migração das notificações para a denominação específica de feminicídio. Independente das pequenas oscilações nos dados, sabemos que ainda há a subnotificação e que a tendência é de aprofundamento da barbárie capitalista em uma situação de grave crise econômica, e com ela, o aumento da opressão sobre a mulher e demais grupos oprimidos.

É nesse quadro que se insere a violência e o assassinato contra a estudante da USP, Bruna, o que indica que a resposta política não pode ser pontual, localizada. É necessário generalizar e unificar as lutas e movimentos que acontecem contra os inúmeros casos de violência contra as mulheres. A solução jamais virá de dentro do próprio capitalismo, que é o responsável pelas enfermidades sociais, denominadas pelas feministas e até mesmo pela burguesia como “machismo” e “misoginia”.

A ineficácia das políticas reformistas mesmo depois de décadas de sua implementação dão uma prova disso. Os gritos de “justiça” pelos mais diferentes setores das esquerdas, ao mesmo tempo esbarram na parede da realidade, onde a justiça é burguesa e jamais poderá punir os crimes que sua própria classe promove em última instância. No fim das contas, as reivindicações de “justiça” e “mais segurança”, como pede o coletivo Juntas (MES-PSOL), se traduzem em mais polícia, mais câmeras de vigilância, mais armas na mão do Estado e da classe média, mais repressão etc. É nesse terreno que o governo Tarcísio de Freitas vem fortalecendo seu Estado policial e incrementando a polícia de SP de uma forma jamais vista.

A resposta proletária ao problema da violência passa em primeiro lugar por organizar e impulsionar a luta pelas necessidades mais imediatas que são promotoras da barbárie social, como a fome, a miséria, o desemprego, a informalidade e outros efeitos da crise capitalista. Por outro lado, é preciso compreender que a segurança dos explorados só pode ser garantida pelos próprios explorados, jamais pela polícia, executora direta da violência nas periferias e favelas. Historicamente o proletariado respondeu aos crimes de classe da burguesia com a bandeira do Tribunal Popular, que será organizado e dirigido pelas próprias massas em luta.

São Paulo – ABC

Lançamento do Folheto “SinTUFABC - Construir uma direção classista e democrática” na UFABC Santo André

Na semana anterior à posse da nova Direção do SinTUFABC (2025-2027), a Corrente Proletária realizou o lançamento do folheto “SinTUFABC – Construir uma direção classista e democrática para defender a força de trabalho e a universidade pública! Por uma fração revolucionária no funcionalismo público!” de forma presencial no campus Santo André da UFABC, no dia 02 de abril de 2025, como parte do Calendário de Mobilização aprovado em assembleia sindical.

A apresentação destacou o sindicato e o partido marxista como criações das massas, cada qual com suas especificidades, e ressaltou o objetivo do evento de apresentar a linha política e partidária desenvolvida pela Corrente Proletária/POR no SinTUFABC, passando pelo final do mandato da penúltima gestão (2022-2023), da última gestão (2023-2025), e pelo processo de conformação da atual gestão.

Durante a discussão sobre o folheto foram destacados os seguintes aspectos: 1) o quadro de expansão precarizada do ensino superior público, o subfinanciamento crônico e o aprofundamento da precarização em função dos cortes e das políticas de austeridade fiscal;

2) a estrutura antidemocrática e anticientífica do reitorado, que administra arbitrariamente os escassos recursos institucionais;

3) o caráter burocrático das direções sindicais que utilizam o sindicato para defender interesses governistas, carreiristas, corporativistas e aparelhistas, colaborando com o capital, a exemplo da defesa da aprovação do arcabouço fiscal por parte de forças políticas governistas no Congresso da Fasubra;



4) a necessidade do funcionamento regular (frequente, coletivo, presencial e democrático) das instâncias sindicais, inclusive para que seja possível constituir os posicionamentos políticos da categoria, às vezes majoritários e minoritários;

5) a necessidade de politizar os trabalhadores que, por vezes, motivados por oportunismo ou interesses pessoais, apoiam medidas regressivas para o futuro dos próprios trabalhadores, como é o caso do teletrabalho e do fechamento da Enfermaria e da Equipe Psicossocial na UFABC, que além de acabar com a prestação dos

serviços de saúde, conduz a não admissão de profissionais destas áreas;

6) o caráter nefasto do teletrabalho que dissolve a força de trabalho, comprometendo inclusive atividades de integração social da categoria;

7) as recorrentes paralisações isoladas e passivas, sem atos de rua, desgasta o método, e não basta apenas um setor ser comba-

tivo, é preciso fazer mobilização massiva com impacto econômico e social;

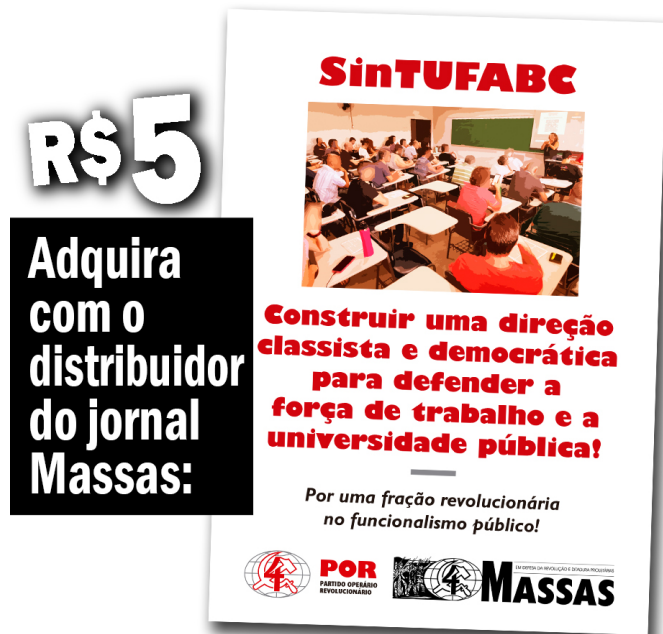
8) os problemas das instâncias virtuais, como as assembleias híbridas, que descaracterizam a democracia sindical, aprofundam o corporativismo e o controle por parte das direções, eliminam o instinto coletivo e a expressão da força coletiva, dificultam a compreensão das reivindicações, e enfraquecem a negociação com os representantes do capital;

9) a defesa de plenas condições de estudo e trabalho na universidade, notadamente da saúde, da segurança, da autonomia universitária e do financiamento integral do orçamento pelo Estado, por parte da CPE/POR;

10) a importância do Boletim CPE-UFABC está em responder às múltiplas manifestações da situação crítica do trabalho e da educação, publicando informes, discutindo, respondendo os problemas, sendo transparente, politizando e desenvolvendo a consciência de classe, e se fazendo presente no cotidiano da universidade;

11) o caráter proletário e coeso da política da CPE/POR guiada pela defesa de um programa próprio baseado nas reivindicações e nos métodos históricos do proletariado (ação direta coletiva), completamente distinto da política pequeno-burguesa e vacilante das demais correntes que concluem capitulando diante da política burguesa.

Finalmente, a discussão ressaltou a importância de unir teoria e prática e transformar a experiência em programa, evitando agir de forma empirista ou voluntarista. A conclusão foi que o folheto é uma importante conquista e arma ideológica do proletariado, sobretudo diante da brutal crise mundial do capitalismo e do atraso, das traições e do apodrecimento das direções sindicais e políticas.



Publicamos abaixo a transcrição da exposição inicial da fala da militante do POR sobre os 20 anos do Movimento Passe Livre, realizada no debate promovido pela TV A Comuna, em 13 de fevereiro de 2025.

20 Anos do Movimento Passe Livre

Um balanço crítico

"Eu não sou integrante do Movimento Passe Livre (MPL), estou aqui na condição de militante do Partido Operário Revolucionário e da Corrente Proletária na Educação, mas desde 2003 participo das lutas em relação ao transporte coletivo. O movimento "Pula Catraca", de Londrina, em 2003, que antecedeu a criação do MPL, foi, para mim, uma escola de formação bem importante. Por conta disso, acompanhei o surgimento do MPL e o seu primeiro encontro no Fórum Social Mundial (FSM), há 20 anos. Tanto pelas lutas atuais aqui no transporte na cidade do Recife contra o aumento da tarifa, contra a privatização do metrô e por esse histórico, que o Jonathan estendeu o convite para podermos fazer esse debate, que eu acho que vai ser muito necessário e muito relevante. Agradeço sempre à TV A Comuna pela persistência de manter esse canal aberto para o debate e também ao pessoal que vai participar pelo chat, com as perguntas e comentários.

O tema dos 20 anos do MPL me mobilizou a preparar essa exposição com muitas memórias, porque a luta em relação ao transporte foi uma das primeiras que eu me engajei, além da luta do movimento estudantil em Londrina. Em 2003, no Paraná, tivemos um movimento muito forte que abarcou toda a juventude e tivemos um jovem que foi assassinado em uma das manifestações.

Anderson Amaurílio, que era uma pessoa com deficiência, sempre participava nas manifestações, participou da ocupação da Câmara dos Vereadores. Esse movimento foi, para mim, uma primeira experiência com o PT, porque o prefeito, Nedson Micheleti, era um prefeito do PT. Para combater o movimento estudantil que estava paralisando o transporte da cidade contra o aumento da tarifa, o petista ordenou que o terminal fosse liberado, o terminal estava bloqueado por uma massa de estudantes e a polícia militar mandou o ônibus avançar sobre os manifestantes. Anderson Amaurílio foi empurrado por um policial, se desequilibrou e foi atropelado no dia 11 de junho de 2003, falecendo no dia 24. Então, a memória dessas lutas é bastante importante, até mesmo pelo fato de Londrina ter sido um dos lugares onde ocorreram as lutas mais radicalizadas em relação à tarifa, junto com Salvador e Florianópolis, nesses anos que antecederam 2005, mas também pelo fato de não termos nos alinhado com as diretrizes do Movimento Passe Livre nacionalmente – até mesmo a resolução do segundo encontro do MPL que era de, na data do assassinato do Anderson, fazer atos contra a criminalização e a repressão –, se vê que Londrina foi apagada da história do movimento. Não só Londrina, mas um manifestante que foi morto numa manifestação em relação ao aumento da tarifa.

Feita essa introdução, vou comentar como foi essa nossa aproximação ao processo de surgimento do MPL. Em 2005, participamos do Fórum Social Mundial em Porto Alegre, foi o ano em que estava em discussão a criação da CONLUTAS, a ruptura da UNE e estávamos lá combatendo pela unidade do movimento estudantil e sindical, e vimos na programação que ia ter o Primeiro Encontro do Movimento Passe Livre, e participamos, constituindo o grupo de trabalho que iria fazer o Segundo Encontro já mais organizado, para dar uma dimensão nacional aos movimentos locais. No encontro de Porto Alegre, as decisões aconteceram de forma consensual, eram questões organizativas, ainda não tinha votação de princípios, diretrizes etc.

Chegamos ao Segundo Encontro do MPL, que aconteceu na Unicamp, em Campinas-SP, e foi um momento em que nós já nos defrontávamos com o delineamento do que o MPL se configurou, onde fizemos uma série de diferenciações do ponto de vista dos princípios, da organização, das bandeiras desse movimento que estava surgindo e também do método de deliberação. O que provocou uma crise no Encontro. Portanto, foi o momento em que se chegou com a proposta dos três princípios: do apartidarismo, que eles falavam que eram apartidários, mas não antipartidários, porém percebíamos que era uma restrição à expressão das correntes e, em 2013, vimos como essa posição serviu de suporte a um reacionarismo contra as bandeiras dos partidos. Se tinha a ideia de que você poderia falar dentro do movimento como indivíduo, mas não como partido. Essa orientação, na realidade, levava à despolitização, porque, em vez das correntes se apresentarem como são, ficavam ocultas e, de fato, ficavam ocultas porque, apesar de terem uma ideia de apartidarismo e de autonomismo, aqueles jovens militantes vinham de rupturas muito recentes, por exemplo, com a Juventude Revolução do PT, e tinham vínculos partidários. O Segundo Encontro do MPL, por exemplo, contava com o financiamento de um “mandato popular” de uma vereadora do PT. Dirigentes importantes de Florianópolis rapidamente passaram a apoiar candidaturas do PCdoB e depois se filiaram a esse partido. Era um apartidarismo que deixava nas sombras os vínculos políticos partidários. Sempre defendemos que as pessoas deveriam participar conforme concordassem com a reivindicação e não colocando uma regra de que na verdade para participar teria de ocultar a sua inserção partidária.

Também se colocou o princípio da horizontalidade e o que nós defendemos foi que não precisava inventar um novo nome para a democracia, porque essa ideia da horizontalidade de todos decidir, para gente é a soberania das plenárias, das assembleias. Na verdade, essa horizontalidade criava um tipo de não responsabilização de instâncias de representação. Depois, em 2015, um dirigente do MPL rompeu com o movimento e, inclusive, decretou o fim do MPL. Ele falou justamente o que tínhamos falado dez anos antes, que essa horizontalidade levou a uma ausência de estrutura organizativa, de forma que fazia com que as decisões fossem tomadas nos espaços informais. Inclusive, para participar do círculo dirigente, era preciso fazer parte do círculo de amizade, porque as decisões poderiam acontecer até mesmo numa mesa de bar. Aquela recusa de não fazer assembleias, com a justificativa de não deixar que as correntes aparelhassem, levava a um tipo de horizontalidade muito atípico, em que, na verdade, eram muito concentradas as decisões. Como o POR mantém o seu jornal Massas quinzenal, temos o jornal de 2005 em que fazemos esse balanço e os prognósticos de que esses princípios estavam sendo colocados como dogmas e que, na verdade, não permitiam o desenvolvimento de um movimento que tratasse o transporte inserido na luta de classes.

O princípio do federativismo tem um elemento importante que é a autonomia dos comitês locais que, de fato, têm que ter essa autonomia, mas que ao mesmo tempo se criava essa delimitação porque o comitê local para ser considerado do movimento ele tinha de concordar com os tais princípios. Logo não era tão federativo

assim, a gente via que a unidade não era de todos que lutavam em relação ao transporte.

E nós chegamos a esse congresso fazendo a crítica daquelas propostas de análise de conjuntura que eles traziam, que traziam elementos de blindagem do governo Lula, que naquele momento estava vivendo a crise do mensalão. Nós levávamos as propostas de ligar as lutas do transporte às lutas mais gerais, mostrar esse vínculo com a exploração capitalista, levávamos a proposição de combinar a luta do passe livre para estudantes e desempregados com a defesa da estatização do transporte coletivo. A direção do MPL rechaçava a bandeira da estatização. Falavam que pretendiam um transporte não mercantil, não empresarial, mas se recusavam à ideia da expropriação sem indenização, porque se referenciavam muito nas proposições do Lúcio Gregori, que foi um secretário de transporte do governo da Erundina (PT), que era basicamente a ideia de se constituir um fundo com base em impostos progressivos, uma política tributária progressiva, que criaria um fundo de transporte que custearia a tarifa zero à base da municipalização, inclusive com a relação com o setor privado, mas na lógica de frentamento. E o POR levantava as bandeiras da estatização e do controle dos trabalhadores em relação ao sistema de transporte, uma vez que são os trabalhadores dos transportes que fazem o sistema funcionar, são os trabalhadores que usam e sabem das necessidades de linha, de intervalos, de itinerários.

Nós aplicávamos em Londrina e levamos para essa proposta de movimento nacional justamente aquela concepção de que se deveria ligar a luta do transporte àquelas bandeiras de transição e também mostrando que as revoltas que explodiam em relação ao aumento da tarifa se davam pela intensa exploração da força de trabalho, pelos baixíssimos salários, sempre combinando essas bandeiras com a luta pelo salário mínimo vital, que é o salário necessário para uma família trabalhadora viver, pela escala móvel das horas de trabalho, que todos possam trabalhar e trabalhar menos, pela escala móvel de salário, que fossem reajustados conforme aumenta a inflação.

Eu vou colocar depois da minha fala, Nelson, o link inclusive do vídeo¹. Fizemos um vídeo de 5 minutos, eu vou colocar aqui no chat privado para você colocar lá, que era um documentário que se chamava “De Que Lado Você Samba?”, em que a gente explicava todas essas bandeiras. Levamos essas propostas para esse movimento que estava surgindo, o MPL, como propostas que nós estávamos fazendo mesmo.

Só que o que aconteceu, eles estabeleciam que o método de deliberação era o consenso, e o consenso sabemos que não é democrático, porque aceitamos até perder uma posição se é votada e é minoritária. Uma coisa é se chegar ao consenso naturalmente, é bom que isso aconteça, mas tem momentos em que ocorrem divergências, e eles se recusavam a votar, isso criou um impasse a ponto um membro da direção dar uma gravata num companheiro nosso do POR. Eu tenho esses documentos, na ata do Encontro se fala que as coisas foram aprovadas por consenso, menos com o consentimento do pessoal do POR. Um absurdo, chegando ao ponto da direção, depois de dar a gravata, falar: “Ah, quem quer construir vem para cá”, e a direção e seus partidários fizeram uma outra plenária. Foi algo que já mostrou nessa origem o quanto esses princípios não tinham como ser a base do surgimento de um movimento de fato amplamente democrático de luta em relação à questão da tarifa.

Quanto à proposição da tarifa zero, que virou o eixo principal de reivindicação, condicionava, por ser uma proposta de uma legislação de uma medida no âmbito parlamentar, também levava, já no Primeiro Encontro, a ideia desse método de articular nos parlamentos projetos de lei e de buscar apoio do “campo progressista”. Os membros da direção do MPL falavam nos termos daquele campo não tão progressista. Eles colocavam que era um princípio

do movimento não receber dinheiro de empresas, que eram ícones do capitalismo, mas como se pudesse haver outras possibilidades. Posteriormente, nós do POR fomos desenvolvendo a crítica a essa concepção de tarifa zero, porque trazia essa ideia bastante reformista. Por um lado, era corporativista, separava o transporte dos demais problemas. Como jovens militantes, encontramos uma base muito importante para fazer a crítica a essa concepção na crítica que Engels fazia aos proudhonianos na “Questão da Habitação”, em que questionava a ideia de reivindicar a moradia gratuita, tal gratuidade servia para não se questionar a exploração do trabalho, o assalariamento. Isso vai ser retirado, o Estado pode suprir, mas vai ser acompanhado de uma redução salarial dos trabalhadores etc. No fim das contas, os trabalhadores não vão ser efetivamente beneficiados com isso, e podem ser desviados da luta de fato contra o capitalismo.

(...)

A partir da crise em 2005, nós do comitê de Londrina, não nos incorporamos como um MPL. Mantivemos um comitê, nosso nome era “Comitê pelo Passe Livre, Redução da Tarifa e Estatização do Transporte Coletivo”, não tínhamos sigla, éramos notícia na TV, nos espaços, e tínhamos de falar de todas as bandeiras. E permanecemos nesse trabalho, apesar de termos sido reprimidos, inclusive por meio da agressão física. Fomos atacados com alegação de que “aqueles que não concordam com a gente não querem construir a luta”, o que era uma falsidade flagrante pelo reconhecimento que tínhamos nessa construção.

O desenvolvimento dessa configuração do MPL foi testado principalmente em 2013, momento em que o MPL vai ganhar projeção nacional e de massas, na medida em que aquelas manifestações, que a cada ano eram chamadas contra o aumento da tarifa, foram o canal por onde se expressou uma revolta popular de grandes proporções e importância, justamente desses setores das massas que não encontravam esse canal nas suas instâncias de representação, na medida em que as entidades estudantis, as centrais sindicais e os sindicatos estavam profundamente estatizados e burocratizados. As manifestações chamadas pelo MPL serviram como esse canal, e essa direção foi testada. Evidenciou-se o quanto essa forma organizativa, esses “princípios” e essas bandeiras não eram capazes de responder a esses anseios. Quando se passou a reivindicar bandeiras que extrapolavam o cancelamento do aumento da tarifa e no momento em que os prefeitos de várias cidades, principalmente o de São Paulo, resolveram recuar no aumento da tarifa, o MPL resolveu se retirar das manifestações, com o argumento de “cumprimos nosso objetivo”, sem conseguir vincular essa luta com as bandeiras mais gerais que apareciam como reivindicações dos trabalhadores de saúde, educação, moradia, segurança, uma pauta que resultava inclusive o pedido de mais repressão.

Esse problema não era só do MPL, seria exigir algo dele que sua direção não se propunha a fazer mais do que fez. Era um problema, sobretudo, das grandes organizações de massa. Quando ocorreu a explosão nas ruas, as direções estavam amarradas ao governo, e as massas ficaram ali totalmente suscetíveis a que a direita pudesse imprimir naquelas manifestações as pautas anticorrupção, arregimentando aquelas massas para as disputas interburguesas. Vemos, então, que esse momento foi um teste e que mostrou justamente essa recusa a ir além da anulação do aumento da tarifa. Não se colocou nem mesmo as outras bandeiras, para exigir a tarifa zero, ou outras reivindicações. Recuou-se em relação a isso. Esse

tipo de direção, lembrando ali o que Engels já falava daquela questão, como esses reformadores, que são bem típicos do movimento da pequena burguesia, vão ser testados nesses momentos.

É muito interessante, recomendável, que se leia a carta do Lucas, chamado de “Legume”. Na carta, dizia que o MPL chegou ao fim, mas que não que tinha acabado, continuava existindo, o problema estava em que para ele o MPL havia se fechado em si mesmo. Ou seja, que os princípios, isso aqui é texto dele: “foram transformados em nossa própria doutrina”. Em 2005 nós falávamos “gente, isso são dogmas, isso não é elemento que unifica movimento”. E ele escreve isso, estou citando ele: “Considerávamos essa a única perspectiva correta de atuação e, portanto, seríamos superiores aos demais agrupamentos da esquerda, assim, as articulações eram feitas preferencialmente com aqueles que tinham acordo com esses “princípios” ou vontades individuais de algum militante, mas não a partir de lutas concretas”. E aí que essa horizontalidade levou a que as decisões fossem tomadas em espaços informais, e que, para evitar manobras de partidos, acabaram fazendo manobras e inviabilizando uma construção democrática, em nome do método de consenso, porque o consenso acaba virando a possibilidade de uma minoria impedir uma decisão por maioria, porque uma pessoa não concordava. Mas não se levava a sério essa ideia, porque se alguém não concordava com o consenso, a reunião permanecia até que a pessoa fosse convencida pelo cansaço ou, como aconteceu em Campinas, sob ameaça de rachar o movimento. Colocava-se a questão do transporte à margem da luta de classes.

O material que apresentamos no encontro do Fórum Social Mundial, em 2006, colocava: “A plenária do passe livre confirma autoritarismo e orientação reformista”. Vemos que foi se colocando tudo que propusemos, mas uma simples reivindicação para que a votação fosse por maioria e minoria levava à impossibilidade da continuidade conjunta. Víamos na prática de nossa construção em Londrina, e também na dos companheiros em São Paulo e em outros estados, que continuaram atuando nos comitês em defesa do passe livre, inclusive junto ao MPL, o quanto, depois de 2013, a direção do MPL se foi fechando ainda mais, deixou de fazer assembleias para decidir os trajetos, para decidir as questões organizativas, reforçando a burocratização que, em tese, aqueles “princípios” seriam justamente a vacina contra a burocratização.

Concluindo, temos como material um folheto, dedicado às Conferências regionais do POR, que ocorreram na sequência de junho de 2013. Em julho, fizemos na Conferência um balanço sobre a importância das manifestações, do peso da estatização e da burocratização das entidades representativas e da impossibilidade do MPL superar isso. Na verdade, sua direção impôs os preconceitos aqui analisados, de maneira que se constituíram como mais um obstáculo. Temos um balanço bastante crítico, apesar de tudo isso estamos juntos nas lutas sempre acontecem. Por isso, reconhecemos que os companheiros aqui de Recife têm uma visão diferente, e, por isso, para nós do POR, é importante estar fazendo esse debate com os camaradas. Obrigada!”

1De quelado você samba - Curta Documentário - Passe Livre Londrina

Acesse o QRCode ao lado para assistir no youtube:

https://www.youtube.com/watch?v=q_InemK2urw



Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020

Formação Política

Grupo de Estudos: Alemanha - chave para a crise internacional

Dando sequência à exposição das principais conclusões tiradas a partir das discussões realizadas no Grupo de Estudos, apresentamos aqui a essência do texto “Alemanha: a chave para a crise internacional”, escrito por Trotsky em novembro de 1931, quando a Alemanha se deparava com um impressionante ascenso do partido nazista, enquanto o proletariado se dividia entre a inércia da socialdemocracia, de um lado, e da política oscilante do Partido Comunista (KPD), de outro.

O estudo iniciou com um camarada retomando as principais conclusões do encontro passado e o contexto social e político da Alemanha no período anterior. Entre os elementos destacados estavam: a profunda crise enfrentada pelo país, fruto da quebra econômica internacional de 1929 e da espoliação dos acordos saídos da Primeira Guerra Mundial, da qual a Alemanha havia saído derrotada. Essa crise se manifestou na forma de convulsões sociais, tendo a pequena-burguesia se alinhado cada vez mais às respostas dadas pelo nacional-socialismo de Hitler, e a difícil situação do proletariado que se encontrava sob a orientação da social-democracia conciliadora, que pouco tempo antes tinha apoiado a eleição do governo burguês de Brüning, um governo que se apoiava na força policial. O KPD, por sua vez, também crescia, ainda que em ritmo mais lento do que os nazistas, mas seguia as orientações da Comintern, estalinizada, que desenvolvia a política do social-fascismo, igualando em última instância a social-democracia e o nazismo, ao mesmo em tempo que proclamava que, desde Brüning e depois com o governo Papen, o fascismo já estava implantado na Alemanha, muito antes de Hitler assumir o poder.

Assim, Trotsky anuncia o problema no início do texto: “No fundo da política mundial, que está longe de ser pacífica, a situação na Alemanha se destaca com nitidez. Os antagonismos políticos e econômicos atingiram nesse país uma gravidade inaudita. O desenlace se anuncia muito próximo. Está chegando o momento em que a situação pré-revolucionária tem de se transformar em situação revolucionária ou... contra-revolucionária. Dependendo da direção em que se desenvolver e da solução que tiver a crise alemã, a sorte não só da Alemanha (o que já seria muito), mas também da Europa e do mundo inteiro, será decidida por muitos anos.” Um prognóstico que se mostrou acertado no decorrer dos acontecimentos que levaram à Segunda Guerra Mundial.

A discussão, assim, passou pelo papel que cumpriu o Partido Comunista, sob a orientação da III Internacional Comunista: “Depois das eleições de setembro de 1930 para o Reichstag, a direção do Partido Comunista alemão afirmou que o fascismo tinha alcançado o seu ponto culminante e que iria, dali por diante, entrar em rápida decomposição, preparando o caminho para uma revolução proletária.” Como se sabe, um diagnóstico e prognóstico completamente equivocados por parte do estalinismo.

Outros camaradas se inscreveram para discutir esse problema e avaliou-se a importância de caracterizar corretamente os governos para que se possa dar respostas precisas e orientações claras às massas em luta. Como veremos, os erros de diagnóstico, prognóstico e as orientações oscilantes da burocracia estalinista desorientaram e desarmaram o proletariado para a luta.

No texto, Trotsky passa a uma caracterização do fascismo vinculada ao papel das organizações operárias: “O fascismo provém de duas condições: de um lado, de uma grave crise social; de outro lado, da fraqueza revolucionária do proletariado alemão. A fraqueza do proletariado, por sua vez, tem duas causas: primeiro, o

papel histórico particular da social-democracia, que ainda é uma agência poderosa do capitalismo nas fileiras do proletariado; em seguida, a incapacidade da direção centrada do KPD de unir os operários sob a bandeira da revolução.” Nesse sentido, Trotsky considerava o fator subjetivo, aquele que se deveria superar, era a política da direção do KPD, já que a social-democracia se constituía, na prática, como fator objetivo da crise. “O fascismo cairia verdadeiramente em pedaços se o KPD fosse capaz de unir a classe operária, transformando-a em poderoso polo de atração de todas as massas oprimidas da população. Mas a política do KPD, desde as eleições de setembro, só tem feito agravar a sua inconsistência: frases declaratórias sobre o “social-fascismo”, namoro com o chauvinismo, imitação do fascismo autêntico com o objetivo de fazer-lhe concorrência no mesmo mercado e essa aventura criminosa do “plebiscito vermelho”. Tudo isso impede que o KPD se torne o guia do proletariado e do povo.”

O estalinismo na direção da Internacional, que buscava o caminho pacífico e não envolvimento nos grandes e importantes conflitos, “não chegou a construir uma teoria completa. Mas esta já paira no ar. Anda de boca em boca e se mostra nos artigos e discursos. Eis o sentido dessa teoria: o fascismo ascende irresistivelmente; de qualquer modo, sua vitória é certa; em vez de nos lançarmos “cegamente” na luta e sermos abatidos, é mais prudente batermos em retirada, darmos ao fascismo a oportunidade de tomar o poder e de, com isso, comprometer-se. E então – oh! então – mostraremos do que somos capazes”. A partir dessa constatação, Trotsky elaborou um prognóstico importante: “Se essa teoria fosse definitivamente adotada pelo KPD e determinasse o curso político desse partido



para os meses próximos, seria preciso ver nisso uma traição, por parte da IC, de uma gravidade histórica não menor do que a que foi cometida pela social-democracia em 4 de agosto de 1914; e as consequências seriam hoje ainda mais pavorosas.” O grupo então discutiu esse prognóstico.

A luta da Oposição de Esquerda Russa, depois da Oposição de Esquerda Internacional contra a burocratização do Estado Operário e da Internacional Comunista, passou por diversas etapas, entre elas a de que seria possível recuperar sua direção para as posições da revolução proletária, estabelecidas pelo bolchevismo na Revolução Russa. Uma traição da magnitude apontada por Trotsky implicaria um rompimento com essa linha e o trabalho para criar uma nova internacional, tal qual o que levou Lênin a defender a criação da III Internacional Comunista. Trotsky e a Oposição passaram, depois de 1933, quando a traição se configurou na prática, a defender e trabalhar pela criação da IV Internacional, continuidade direta dos Quatro Primeiros Congressos da III e da tradição do bolchevismo.

De volta ao estudo, outro camarada destacou um trecho em que o autor aprimora a definição do nazismo e suas implicações, caso chegasse ao poder: “A tomada do poder pelos “nacional-socialistas” terá como efeito, antes de tudo, a exterminação da elite do proletariado alemão, a destruição de suas organizações; ela lhe tirará toda a fé em si mesmo e no seu futuro. Se levarmos em consideração a maior maturidade e a gravidade ainda maior dos antagonismos existentes na Alemanha, a obra infernal do fascismo italiano parecerá provavelmente insignificante; seria uma experiência quase humanitária em comparação com o que poderia fazer o nacional-socialismo alemão.” A realidade posterior confirmou essa análise, bem como o prognóstico de que “a vitória do fascismo na Alemanha significará uma ruptura no desenvolvimento da tradição revolucionária, o desmoronamento da IC, o triunfo do imperialismo mundial nos seus aspectos mais odiosos e mais sangüinários.” O que ficou verificado com a 2ª Guerra e o domínio hegemônico do imperialismo no pós-guerra, com a partilha do mundo.

Um camarada trouxe a discussão sobre a análise de classe feita no texto, o que significa não se guiar unicamente pelos números de votos depositados nas urnas, mas na força material das classes em luta. “Na balança de uma estatística eleitoral, mil votos fas-

cistas pesam tanto quanto mil votos comunistas. Mas na luta revolucionária, mil operários pertencentes a uma grande empresa representam uma força cem vezes maior do que a de um milhar de funcionários, de escrivães, contados com suas esposas e sogras. A principal massa fascista se compõe de uma poeira de humanidade.” Estabelecia assim o conteúdo de classe do problema, e seguia com a relação entre a classe e sua direção, ou seja, “a grande superioridade social e combativa do proletariado [...]. Mas é também preciso considerar que os operários não podem deixar de ficar perturbados diante de uma situação complexa e da confusão que se manifesta nas esferas superiores. Os operários compreendem que uma grande batalha exige uma direção segura. O que assusta os operários não é a força dos fascistas, não é a necessidade de uma luta encarniçada. O que os inquieta é a falta de segurança da direção, suas hesitações, suas tergiversações no momento mais grave. Se existe certa apatia nas fábricas, uma deficiência, esta desaparecerá sem deixar vestígios assim que o partido levantar sua voz fortemente, claramente, com toda a segurança.”

Por fim, o estudo ressaltou a importância de se analisar o papel do KPD e seus erros, vacilações e traições diante do crescimento do nazismo na Alemanha. Para Trotsky, “a força dos nacional-socialistas consiste mais nas divergências de seus inimigos mortais do que em seu próprio exército. Mas é precisamente a realidade do perigo fascista, o crescimento e a iminência desse perigo, é a consciência da necessidade de prevenir esse perigo custe o que custar, que impõem aos operários o dever de cerrar fileiras em sua própria defesa. A concentração das forças proletárias se fará tanto mais rapidamente e com tanto maior sucesso, quanto o instrumento essencial desse processo – isto é, o Partido Comunista – se mostrar mais confiante em si mesmo. A chave da posição ainda está, por enquanto, nas mãos desse partido. Ai dele, se a deixar cair!”. Claramente, neste momento, Trotsky fazia uma defesa do Partido Comunista (não de sua direção), no sentido de que cumpriria um papel fundamental na solução da crise, se estabelecesse uma política clara, correta, firme diante do nazismo, da social-democracia e das demais frações da burguesia. Estabelecia com isso, que a crise na Alemanha tinha profundas implicações para a Europa, a URSS e, em última instância, o mundo todo, e, portanto, que a resposta do proletariado não tinha outro conteúdo senão o de lutar pela revolução proletária internacional.

Curso de Formação Mensal do Partido Operário Revolucionário

O problema da guerra e da paz na fase imperialista do capitalismo

Apresentamos abaixo um relato das discussões sobre a Resolução do CERQUI publicada no seu Boletim nº 39 e dois artigos do Jornal Massas em torno à questão da paz sem anexação

1. Apresentação dos documentos

No dia 13 de abril, ocorreu o curso mensal do Partido Operário Revolucionário (POR), em São Paulo. O estudo de hoje é uma continuidade do anterior, em que foram discutidos os artigos “Considerações sobre a edificação e desmoronamento da URSS”; “Constituição da URSS” e “Pontos da Resolução sobre a Situação Internacional, aprovada na V Conferência do CERQUI”, publicados nos Jornais Massas 730 e 733. Portanto, houve o estudo dos motivos da liquidação da URSS, mas não se aprofundou sobre o problema da bandeira de fim da guerra e a paz sem anexação.

O bolchevismo diante da Primeira Guerra Mundial, fundamentalmente Lênin, combateu a capitulação da II Internacional

de apoio à burguesia alemã, aprovando os créditos de guerra, e mostrou o caráter de classe das guerras imperialistas, que são de anexação, saque e compensação. Explicou a linha proletária, diferenciando as guerras de dominação das de libertação.

Marx e Engels já haviam assinalado o conteúdo de classe das guerras que ocorreram para a constituição dos Estados Nacionais. Diziam que havia um aspecto progressivo, porque a burguesia na época estava encarnando o desenvolvimento das forças produtivas, a expansão da industrialização. Certamente, estava em choque com o modo de produção feudal e os regimes monárquicos. No entanto, a classe que compareceu revolucionando as bases materiais da sociedade, em pouco tempo se tornou reacionária diante do proletariado, que se fortalecia. O choque de classe, burguesia e proletariado, se manifestou concretamente na Comuna de Paris,

em 1871. A contrarrevolução e o esmagamento da Comuna de Paris colocaram um ponto final no caráter progressivo das guerras do século XIX.

A Primeira Guerra Mundial marcou o fim do capitalismo concorrencial e a chegada do capitalismo imperialista, fase última da sociedade de classes. O capitalismo já havia expandido por todo o mundo, as disputas entre as potências se acirravam em torno às fontes de matérias-primas e controle de regiões. As fronteiras nacionais passaram a ser um obstáculo para o crescimento das forças produtivas.

É nessa situação, que os bolcheviques em 1917, lançaram a bandeira de fim da guerra de dominação e por uma paz sem anexação. Tiveram de responder aos mencheviques e socialistas revolucionários que tinham em palavras a defesa dessa bandeira, mas na prática faziam parte do governo provisório que se submeteu a uma das alianças do imperialismo em guerra (Entente), mostrando-se incapaz de colocar fim à guerra.

Os documentos, que serão discutidos hoje, correspondem a esse período, a exceção da Resolução do CERQUI que analisa a guerra da Ucrânia como guerra de dominação e levanta a bandeira do fim da guerra, por uma paz sem anexação.

2. Sobre o 1º de Maio

Houve uma breve colocação sobre o momento em que ocorre esse 1º Maio. Destacou o avanço da escalada bélica, com os impasses em torno ao acordo de paz imperialista para pôr fim à guerra na Ucrânia e à retomada dos ataques de Israel à Faixa de Gaza. Ao mesmo tempo, se acirra a guerra comercial dos Estados Unidos com a China e Trump lança as medidas de elevação das tarifas de importação de produtos estrangeiros. E assinalou o quanto o governo de Lula está submetido ao Congresso Nacional e à burguesia, indicando sua incapacidade de responder à elevação das tarifas e apostando nas negociações diplomáticas entre Estados Unidos e Brasil.

Nesse 1º de Maio, assim, ganha relevo a bandeira do internacionalismo proletário. E as bandeiras que permitem a unidade da classe operária com os demais explorados em torno a um programa próprio de reivindicações. No entanto, o 1º de Maio em São Paulo está marcado pelo divisionismo. As centrais realizarão atos separados. A Força Sindical retomou o ato dos shows e sorteios de carros; a CUT fará o ato em São Bernardo; a CSP-Conlutas divide o ato da Praça da Sé, convocando na Av. Paulista. Essa divisão mostra tão somente os interesses particulares das burocracias sindicais.

O POR intervirá no ato da Praça da Sé, local histórico das lutas operárias do passado. Elaborou os cartazes e Boletins que estão sendo divulgados nas fábricas, corredores fabris, assembleias etc.

Após essa apresentação, foi feita a divisão dos grupos e a distribuição dos documentos de estudo de cada grupo. Depois de uma hora, houve a plenária.

Os grupos 1 e 2 fizeram a síntese da Resolução do CERQUI: “Resposta proletária à paz do imperialismo norte-americano. Por uma paz sem anexação”. Principais pontos da síntese: a) a particularidade da guerra da Ucrânia, que tem na sua base a restauração capitalista e a liquidação da URSS; b) a política do imperialismo norte-americano de uma paz com anexações, saque e compensações; c) ao completar 8 meses de guerra, o CERQUI levantou a bandeira de uma paz sem anexação. Bandeira essa que foi resultado de outras bandeiras colocadas desde o início do conflito, como: fim da guerra, autodeterminação e integralidade da Ucrânia, retirada das tropas russas do território, fim das sanções e cerco à Rússia;

d) a bandeira da paz sem anexação somente pode ser imposta pelo proletariado, o que implica a unidade dos operários ucranianos, russos e europeus; e) a profunda crise de direção se escancara com a ausência de uma resposta proletária à guerra de dominação; f) a confirmação das posições do CERQUI em relação à guerra na Ucrânia.

O grupo 3 fez a síntese do artigo sobre as “Formulações de Trotsky sobre a paz sem anexação”. Eis os principais pontos: a) Combateu as posições dos mencheviques e socialistas revolucionários mostrando o palavreado da bandeira de paz sem anexação dos partidos que sustentavam o governo provisório; b) os mencheviques não poderiam ser consequentes na defesa da paz sem anexação e no direito à autodeterminação porque estavam subordinados ao governo provisório que participava da aliança imperialista em guerra com a Alemanha; c) os democratas pequeno-burgueses se viram obrigados a recorrer a bandeira da paz porque os operários, camponeses e soldados estavam pelo fim da guerra e se chocavam com a política de guerra do governo provisório; d) Trotsky analisa e rechaça as falsificações dos mencheviques para defender a linha proletária contra a guerra imperialista; e) é nessas condições que desenvolve a estratégia proletária em meio à guerra, colocando-se pela bandeira de paz sem anexação. O grupo 3 expõe algumas das observações do Jornal Massas sobre a relação das posições de Trotsky com as de Lênin: Trotsky esteve inteiramente de acordo com as formulações de Lênin sobre a bandeira da paz sem anexação.

Lênin foi o que melhor expressou a bandeira proletária ao responder à Primeira Guerra Mundial, expondo o conteúdo de classe das guerras no capitalismo e assinalando a paz anexadora e saqueadora das potências.

O grupo 4 expôs a síntese das Formulações de Lênin sobre a paz sem anexação. Enfatizou: a) a distinção entre guerras de dominação e libertação. Transformar a guerra imperialista em guerra civil é um consigna justa, que foi mostrada pela Comuna de Paris; b) a rejeição da bandeira de uma paz em geral. A bandeira da paz tem de ser levantada para mostrar às massas a diferença entre o capitalismo e o socialismo e não para conciliar classes antagônicas; c) a tese marxista de que um povo que oprime outro não pode ser livre. A defesa da autodeterminação das nações oprimidas está intimamente ligada à bandeira da paz; d) os revolucionários não podem ser contra em geral às guerras, que são inerentes ao capitalismo. Os pacifistas são os que se apegam à abstração geral da paz; e) a paz justa é a paz sem anexações. O direito de cada nação decidir por si só constituir-se em Estado ou de ser parte de outro Estado; f) a bandeira da paz sem anexação faz parte da estratégia da revolução social e do internacionalismo proletário.

Após as sínteses, outros camaradas expuseram suas considerações gerais envolvendo os documentos estudados. Destacou-se que a bandeira da paz sem anexação distingue o POR das correntes de esquerda. E que o CERQUI e o POR não faz senão traduzir para a situação concreta da guerra na Ucrânia as lições do marxismo-leninismo-trotskismo.

Para encerrar o curso, foram distribuídos os boletins (Nossa Classe e Corrente Proletária), que estarão sendo divulgados nas fábricas e escolas. E a campanha em torno aos cartazes sobre o 1º de Maio, classista e internacionalista, da Praça da Sé. Um camarada expôs como todas as células devem se envolver na preparação e intervenção organizada no 1º de Maio.

No final, os participantes de levantaram e com o punho esquerdo erguido defenderam: Por um 1º de Maio classista e internacionalista; Pelo fim imediato do genocídio na Faixa de Gaza; Pelo direito à autodeterminação do povo palestino; Por uma República Socialista da Palestina. Pelo fim imediato da guerra na Ucrânia; Abaixo a paz imperialista de Trump; Por uma paz sem anexação!

Nesta edição:

Palestina: manifesto do POR: Israel e os EUA avançam sua ofensiva contra a Faixa de Gaza; Ato pelo fim do genocídio do povo palestino em Mauá;

Argentina: Milei e seu plano fracassaram;

Chile: Nenhuma confiança nos políticos burgueses, da UDI (União Democrática Independente) ao PCC (Partido Comunista do Chile)...;

África / R.D. do Congo: Escalada militar na República Democrática do Congo indica a possibilidade de guerra regional;

33 anos da dissolução da URSS: Stalin, O Grande Organizador de Derrotas; Análise e crítica de Trotsky ao VI Congresso da III Internacional; Resposta de Trotsky ao programa estalinista do "socialismo em um só país"; Aplicação do internacionalismo marxista nas condições do capitalismo da época imperialista.

Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Publicamos abaixo o Manifesto a ser distribuído nas manifestações contra o genocídio do povo palestino e pela auto determinação da nação oprimida

Israel e os EUA avançam sua ofensiva contra a Faixa de Gaza

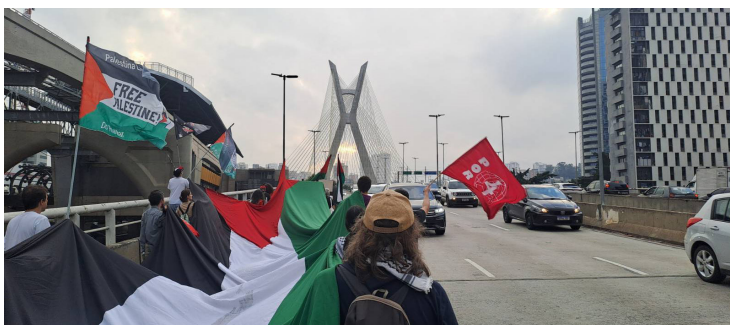
Nova proposta de cessar-fogo representa a rendição completa do Hamas

Se aproxima o dia 15 de maio, dia da Nakba, quando se marca a catástrofe palestina desde a criação do Estado sionista de Israel, em 1948. A destruição, o cerco, as anexações de territórios, a migração etc., marcaram todo o período para os palestinos. Mas a partir de 8 de outubro de 2023, a quantidade se transformou em qualidade na barbárie sobre o povo palestino. A burguesia imperialista rasgou mais uma vez o véu da moralidade, e transmitiu o genocídio em rede mundial.

Os palestinos estão vendo seu território ser devastado, suas crianças, mulheres e idosos mortos aos milhares, sua infraestrutura ser transformada em frangalhos. No dia 23 de abril, uma escola que havia sido transformada em abrigo foi bombardeada deixando ao menos 23 mortos. Essa escola entrou para a estatística de aproximadamente 90% das casas e prédios em Gaza que foram afetadas de alguma forma com os bombardeios. O Ministério da Saúde de Gaza informou que uma campanha de vacinação contra a poliomielite, destinada a atingir mais de 600.000 crianças, foi suspensa, levando ao risco de ressurgimento de uma doença debilitante que já havia sido praticamente erradicada. Isso em um contexto de 60.000 crianças que já apresentam sintomas de desnutrição. A velha tática de guerra de cercar o adversário para impedir a chegada de alimentos e outros suprimentos, tem sido amplamente utilizada em Gaza.

A retomada dos ataques de Israel depois do cessar-fogo foi ainda mais violenta. Já matou mais de 2 mil pessoas, chegando ao total de aproximadamente 52 mil desde outubro de 2023. Os objetivos do Estado sionista, apoiado integralmente pelos EUA, são o de liquidar a resistência armada, principalmente o Hamas, anexar o que resta do território palestino, estabelecer um governo local pró-imperialista, como parte do controle sobre toda a região do Oriente Médio. Os interesses econômicos do imperialismo sobre a região são o fator determinante nessa guerra.

O imperialismo ainda conta com a política conciliadora da



Autoridade Palestina (AP) que governa a Cisjordânia. Recentemente, o líder da AP, Mahmoud Abbas, clamou pela libertação dos reféns para "bloquear pretextos" por parte de Israel. Defendendo na prática o desarmamento e rendição da resistência de Gaza. Esta linha está de acordo com a nova proposta de paz que vem sendo costurada pelo Catar, Egito e

EUA. Seus termos principais foram assim noticiados: trégua de cinco a sete anos, libertação de todos os reféns em troca de prisioneiros palestinos, e fim da guerra. O Hamas deve aceitar deixar suas armas em um depósito sob vigilância permanente e ceder o controle de Gaza a uma administração de tecnocratas palestinos.

Desgraçadamente, essa proposta vem ganhando a luz do dia sem um movimento internacional das massas que pudesse fortalecer as posições dos palestinos. Aconteceram grandes manifestações em alguns países como Marrocos e Argélia, mas de forma isolada, sem uma direção internacional, permanecem no âmbito da denúncia. No Brasil, a principal bandeira levantada pelo movimento pró-Palestina, a de que o governo Lula rompa as relações com Israel, permanece no campo da solicitação quase formal. Com a ausência dos sindicatos e grandes movimentos, não se trabalha para impor essa bandeira ao governo burguês de Lula, o que só seria possível através dos métodos próprios da classe operária e demais trabalhadores, as greves, os bloqueios de portos e aeroportos, as ocupações etc.

Eis a necessidade de formar uma Frente Única Anti-imperialista, que transforme os movimentos em cada país, em partes de um grande movimento internacional contra o sionismo, o imperialismo e suas guerras de dominação, pelo fim do genocídio, contra as anexações e pelo direito à autodeterminação da nação oprimida. Essa tática da Frente Única, orientada pela estratégia de uma República Socialista da Palestina, como parte dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio, é a única que pode dar um caminho para uma Palestina verdadeiramente livre.

Palestina

Ato pelo fim do genocídio do povo palestino em Mauá

No dia 10 de abril de 2025 ocorreu o ato-político “Todos em Defesa da Palestina - Pelo fim do genocídio”, na sede da Regional Mauá do Sindicato Unificado dos Petroleiros do Estado de São Paulo (Sindipetro), com apresentações políticas e artístico-culturais.

Abaixo apresentamos uma síntese.

Após um ano e meio de genocídio, diversas intervenções destacaram a necessidade da ruptura das relações entre Brasil e Israel. Setores abertamente reformistas apontaram que as ações devem “convencer o governo” e, em alguns casos, se apoiaram no BRICS. Em sua intervenção, o militante da Faísca/MRT e representante do CABCH, levantou a defesa do fim das ocupações na Síria, Líbano e Iêmen. O escritor palestino Murad Al Sudani fez uma fala potente saudando o ato, denunciando o genocídio e afirmando a inquebrantável resistência palestina. O jornalista Guto Camargo falou sobre a censura e a perseguição de charges e ilustradores em diversos países. Diversas obras em defesa do povo palestino foram expostas pela artista plástica Lúcia Skromov. Houve ainda uma apresentação da música “Gaza, novo diário de uma velha guerra”, por Samara Pechliye.

O Presidente da FEPAL, Ualid Rabah, apresentou dados estarrecedores, tanto sobre o genocídio em curso quanto históricos. Exemplo disso é que o Estado sionista de Israel matou mais de duas dezenas de jornalistas em pouco mais de um ano, quando durante a 2ª Grande Guerra 69 jornalistas foram mortos e somando os jornalistas mortos nos diversos conflitos bélicos desde o final da 2ª Guerra (1945-2025) não se chega nesse número. Fundado pelo imperialismo, o projeto sionista é essencialmente reacionário, colonialista e genocida, de maneira que provocaram a maior limpeza étnica da história, utilizando-se das mais diversas práticas opressoras, como a restrição da entrada de alimentos em território palestino a quantidade mínima necessária à sobrevivência humana, isso desde 1967. No momento, objetivando colapsar a nação palestina, bombardeiam a população e toda a infraestrutura (elétrica, educação, saúde etc.). Apesar disso, em um século, mesmo com o genocídio em curso, o sionismo não conseguiu maioria judia no território palestino.

O POR, que há tempos vem cobrando a retomada das atividades do Comitê Regional Unificado do ABC em Defesa da Palestina, interveio no ato com a venda de publicações (Jornal Massas, livro Palestina e Boletim Internacional do CERQUI), com a distribuição do Manifesto Massas sobre a “Retomada da carnificina na Faixa de Gaza” e do Manifesto do CERQUI de 08 de abril de 2025, sobre o agravamento da crise mundial, e com uma apresentação artística, reproduzida abaixo.

Este ato retomou as atividades do Comitê Regional Unificado do ABC em Defesa da Palestina, quase um ano após o Ato em defesa da Palestina em São Bernardo do Campo (27/04/24). Teve a particularidade de ocorrer em um sindicato ligado a classe operária, portanto em uma organização estratégica para deter o genocídio do povo palestino. Infelizmente, o abandono da solidariedade ativa ao povo palestino por parte das esquerdas impossibilitou a convocação de uma manifestação de rua. O POR tem trabalhado para manter o comitê ativo, visando recompor as forças e impulsionar a frente única anti-imperialista.

Ao lado publicamos um poema em forma de prosa escrito e declamado por um militante do POR.

Gaza, novo diário de uma velha guerra

Parte 01

Muros de Gaza no diário dessa velha guerra, sionismo aquece medo do inferno na terra, religião que vem com mapa e vem dizer quem erra, enquanto a terra tem riqueza, enquanto alguém te enterra...

Seis décadas da guerra que teve seis dias, mesma mentira no conflito que o império vendia, no mesmo crime a falsa mídia com a falsa verdade, derruba um outro prédio em pé onde nem foi cidade...

A mesma pólvora de novo contra a palestina, a tal estrela de Davi, a tal nação divina, crime de guerra enquanto atira ou te mata de fome, a nova sombra esconde o sol essa nuvem de drone...

Nossas crianças percebendo que morreu crianças, apocalipse e versículos mostrando heranças, o poder bélico covarde que mira ambulâncias, teleguiado é o genocídio e supera distâncias...

Refrão

Um novo dia pro diário de uma velha guerra, miram crianças e a mira que mira não erra, pela riqueza soterrada debaixo da terra, sua existência é esse crime que o ódio te enterra...

Parte 02

Na hibernação do ser humano o sono da maldade, é o capital nessa estratégia que muda a verdade, novo apartheid pelo mundo e pela semelhança, recrutamento no orfanato alguém pediu vingança...

Medieval colonialismo sempre conquistando, nova franquia da América que vem matando, falsa invenção da terra santa e milhares morrendo, quem faz a arma vende a guerra e a morte tá vendendo...

Todo silêncio é seu artista um falso ativista, no patrocínio o mesmo artista com padrão sionista, novo diário de um massacre a nova mão racista, é o oprimido repetindo o crime do Nazista...

Somando páginas pra história dessa humanidade, desde a maçã do paraíso e matando a verdade, limpeza étnica do império que ninguém escapa, pena de morte pela culpa de pisar no mapa...

LANÇAMENTO!

PALESTINA
GUERRA NA FAIXA DE GAZA E
GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO

Posição e
resposta do
internacionalismo
proletário

R\$ 40

PALESTINA
GUERRA NA FAIXA DE GAZA E
GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO
POSICÃO E RESPOSTA DO
INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Somente a classe operária e os demais trabalhadores, organizados, unidos e em luta podem derrotar o Estado sionista de Israel, os Estados Unidos e aliados.

Adquirir já com o distribuidor do Jornal Massas.



Argentina

Milei e seu plano fracassaram

O FMI impôs a desvalorização, a continuidade do plano de ajuste e entrega.

Abaixo o governo entreguista! Fora o FMI, seu programa e sua dívida!

A inflação de março de 3,7% foi 50% maior que a de fevereiro, que foi maior que a de janeiro. A tendência de queda do índice foi quebrada e em abril e maio será maior. Sua bandeira principal foi destroçada. Números que enganam porque não refletem toda a dimensão do aumento real dos preços que toda a população está suportando.

Quebram-se os acordos salariais, devido à redução do seu valor, porque nenhum trabalhador aceita continuar perdendo poder de compra e pressiona seus dirigentes a reabrir as negociações salariais.

O governo havia reduzido o reajuste do preço do dólar em fevereiro para 1% ao mês, e prometido que a esta altura o índice de inflação estaria próxima desse percentual. O preço do dólar era sua âncora preferida para conter a inflação, juntamente com a livre importação de mercadorias de todo o mundo para destruir a produção local.

A liberalização de preços e tarifas e o fim de todo tipo de regulações e controles fizeram com que os preços devorassem a grande desvalorização de dezembro de 2023, ficando defasada a cotização do dólar. Grande negócio para os especuladores com sua bicicleta financeira, os bancos, os importadores, provocando uma forte recessão na economia e uma queda histórica no consumo que não para de retroceder.

Já em dezembro, surgiram os primeiros alertas de setores empresariais que se afastaram dos investimentos em pesos, transformando-os em dólares e retirando-os do país. As reservas do Banco Central, infladas pela lavagem de dinheiro por alguns meses, despencaram, disparando todos os alarmes. Ao mesmo tempo, o "risco-país" começa a subir acentuadamente de menos de 500 pontos em janeiro para o dobro. Os preços dos títulos e das ações caem. A Argentina estava entrando no caminho do calote da dívida externa que não podia refinanciar. Diante desse fracasso, o FMI interveio como bombeiro para resgatar o governo e reativar seu programa.

Ao fracasso do plano econômico, em janeiro se acrescenta o discurso anti-direitos em Davos que gerou uma grande reação popular em todo o país em 1º de fevereiro; o escândalo de fraude de criptomoedas \$Libra em meados de fevereiro; a nomeação inconstitucional de dois juizes do Tribunal por decreto, um dos quais assume, mas são derrubados pelo Congresso em março e García Mansilla deve renunciar ao Tribunal; a violenta repressão aos aposentados em 12 de março, onde atiraram para matar o fotógrafo Grillo, ferindo-o gravemente, com infiltrados e provocações de todos os tipos, e as subsequentes mobilizações de massa em apoio

aos aposentados; as mobilizações massivas de 8 e 24 de março; a contundente greve da CGT/CTAs em 10 de abril e a mobilização de 9 de abril em apoio aos aposentados. Ações massivas que se reproduziram em todo o país mostrando a disposição popular de resistir ao governo e sua política de ajuste e saque. Um forte golpe às ameaças fascistas difundidas pela mídia e pelos alto-falantes nas estações de trem e à intervenção violenta de todas as forças repressivas que tentam impedir as mobilizações e seus protocolos repressivos.

É nesse quadro que se soma o altíssimo absenteísmo nas eleições em Santa Fé onde só a metade dos eleitores votou, com percentuais significativos de votos em branco e nulos. Uma forma concreta de repudiar a politicagem e o circo eleitoral.

A luta por nossos direitos, por salários e pela reabertura das negociações coletivas, pela aposentadoria, pelo restabelecimento dos remédios gratuitos, contra a precarização do trabalho, contra as demissões, em defesa do Banco Nación e Aerolineas, são a força motriz dessas lutas. A unidade de ação é fundamental, a unidade nas ruas junto com os sindicatos e as centrais sindicais. Defendendo a necessidade de um plano de luta para acabar com este governo e suas políticas, com nossas bandeiras. Somente a classe operária pode dirigir a luta que acabe com a subjugação colonial, nenhuma outra classe social pode assumir esse papel de caudilho.

Não é apenas Milei é o inimigo a ser derrotado, é o FMI, são as grandes corporações que respaldam sua política. Não será com votos, não será no Congresso ou na Justiça cúmplices. Será derrotado nas ruas, com a greve, lutando, com nossos próprios métodos de luta. A burguesia não tem nada a oferecer, sua covardia, impotência e submissão são transferidas para todas as instituições do Estado, para seus meios de comunicação, para seus partidos. É a burguesia que deve ser expulsa do poder, acabar com sua ditadura de classe, com seu regime, expropriando os grandes meios de produção, transformando-os em propriedade social.

Intervimos na mobilização da CGT em 30 de abril com essas propostas, alertando que o FMI exige novos golpes contra os direitos dos trabalhadores ativos e aposentados. Intervimos em todas as atividades de 1º de maio com as bandeiras classistas, revolucionárias, internacionalistas, comunistas e da classe operária, trabalhando para tornar consciente o processo que estamos vivendo e como o transformamos em benefício da grande maioria oprimida.

(Extraído do Jornal Massas, nº 478, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)



R\$ 30

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DO MASSAS

**Lênin estrategista
da revolução proletária**
*Apontamentos sobre a história
do Partido Bolchevique*

LANÇAMENTO LIVRO

**Lênin estrategista
da revolução proletária**

Este livro faz parte da luta da vanguarda consciente em superar a crise mundial de direção, construindo o Partido Operário Revolucionário, como seção brasileira do Comitê de Enlace pela Reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.



**Nova
Coleção
Editorial**

Chile

Nenhuma confiança nos políticos burgueses, da União Democrática Independente (UDI) ao Partido Comunista do Chile (PCC) estalinista, seus discursos disfarçados de esquerdistas ou humanistas, são e continuarão sendo uma fraude contra toda a nação oprimida

Não devemos acreditar nos discursos humanistas do pseudo-esquerdismo e muito menos nas boas intenções da direita burguesa e do ultra fascismo, do mesmo modo devemos enfrentar os estalinistas pequeno-burgueses, jovens ou velhos, pois são todos iguais.

A estabilidade política e econômica é uma fraude exercida por todos os governos burgueses, que usaram o mesmo discurso poder, que afundaram os aposentados, homens e mulheres na lama do capitalismo apodrecido, submetendo-os à fome e à miséria, formando junto com outros as camadas majoritárias e miseráveis da nação oprimida.

As forças policiais militarizadas são fundamentalmente treinadas para obedecer às ordens dos governos, “para manter a paz e a ordem e burguesa”, como única prioridade. Isso foi o vil assassinato cometido pelos carabineiros, passando um carro lança gases para esmagar um menino de 12 anos e uma menina de 18, que tinham seus bilhetes nas mãos, segundo um fiscalizador de ingressos; os que estavam no chão, alertaram o motorista do carro da polícia para parar ou desviar das pessoas que estavam caídas no chão. Provavelmente foram empurrados por outros que estavam atrás dos afetados. O fiscalizador ressalta que, ao abater duas pessoas, o motorista da polícia deve ter sentido que esmagou essas duas vítimas da repressão policial, motivo suficiente para que os carabineros e a imprensa burguesa tentassem evitar contar a realidade do que aconteceu. Eventos dessa natureza, causados pela repressão policial, são comuns na Araucânia, como as cometidas contra a nação-classe mapuche, com o objetivo de intimidar as comunidades em luta pela emancipação e liberdade. Nenhum pobre poderá escapar da repressão burguesa.

A putrefação do governo se espalha por toda parte, causando confrontos entre a oposição e o partido no poder, com repetidas acusações teatrais. Encenação que tenta distrair as massas. Estas procuram denunciar seus problemas, sem sucesso. É o caso das lutas dos pescadores artesanais, dos Conselhos de Jardim de Infância (JUNJI) que lutam diretamente contra o governo, na tentativa de eliminar os SLEPs, ou seja, os Serviços Públicos de Educação, criados no governo de Michel Bachelet, uma forma vulgar de estender a privatização desde os municípios aos capitalistas público-privados.

Todas estas lutas são desmoralizadas pela imprensa burguesa, para acobertar as trapaças da política burguesa. Tal foi o notório caso da venda da casa de Salvador Allende, que abriu um flanco à política de ultradireita, com acusações contra a neta e a filha do ex-presidente, ambas demitidas. Uma era ministra da Defesa e a outra senadora; em princípio o governo demitiu a Ministra do Patrimônio Nacional, porém, ela estava apenas seguindo ordens do presidente Gabriel Boric. A corda arrebentou pelo lado mais fraco.

É importante mencionar que, no dia 19 de fevereiro, foi inaugurado o “Serviço Nacional do Patrimônio Cultural” (SERPAT).

Aprovou-se a transferência de \$ 98.156.000 para a Fundação Salvador Allende, dos quais 89,79% foram destinados a despesas de pessoal, ou seja, \$ 88.136.120. Esta organização não governamental, começou a receber dinheiro do Estado desde a sua criação em 2023, foi dirigida por Marcia Tambotti, filha da senadora deposta devido ao escândalo da tentativa de venda da casa de Allende.

Foi divulgado recentemente a lista dos 7 países latino-americanos mais endividados com o FMI. O Chile não aparece, mas isso não significa que não tenha dívidas com esta organização imperialista. A dívida pública do Chile chega a 45% do PIB nacional; o governo “considera isso próximo do limite prudencial”. A imprensa burguesa alivia, dizendo que “poderia ser melhor” e que “o que prejudicou a economia foram as retiradas da previdência pelos trabalhadores nos anos 2020-2021, e que essa seria a razão do maior endividamento fiscal”. Comparando-a à crise de 2008, que foi enfrentada, segundo eles, “sem grandes problemas”, porque o país ainda não havia acordado, ainda estava animado com a propaganda governamental da Concertación por la Democracia.

Essas repetidas declarações tentam confundir, e é claro que não faltam iludidos, que as repetem como papagaios, sem entender a raiz do problema, de que não se trata de culpar os trabalhadores em geral. O endividamento do país com o Fundo Monetário Internacional favorece este último, não ao país e menos ainda aos trabalhadores estatais e privados, porque no longo prazo o governo paga, mas porque cria mais desemprego, reduzindo os recursos fiscais destinados à habitação, à renda dos aposentados, à saúde, à educação, etc. Favorece o imperialismo, que continua esmagando-nos, como as tarifas de 10% sobre os produtos nacionais que vão para os EUA, mas isenta as matérias-primas, da madeira ao cobre, incluindo o lítio, matérias-primas nas mãos do capital financeiro, principalmente dos EUA; O Chile é apenas um fornecedor de matérias-primas, todo o produto essencial é importado e aí está o problema, porque esses itens serão pagos com uma sobretaxa de dez por cento, se pagarmos 19% de IVA, com as tarifas aumentará para 29%.

Quem perde? Somente os mais miseráveis, não os governos atuais e futuros. Um desastre que começa com este governo forma-

LANÇAMENTO!

INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza

A Decomposição do capitalismo traz à tona o programa da Revolução Social. A Tarefa histórica consiste em superar a crise de direção.

Adquirir já com o distribuidor do Jornal Massas.



do por vassallos da FA-PCCH-PS, os primeiros autoproclamados de esquerda e os segundos de socialismo democrático.

Todo o espectro político nacional, da pseudo-esquerda, pediu o voto pela fraude eleitoral liderada por Gabriel Boric, um personagem sem escrúpulos, rastejante e servil, que não tem escrúpulos em dizer “o Chile não vai responder com tarifas, mas com diplomacia.” Demonstra a fraqueza do governo ao se submeter às barbáries da política norte-americana, que sempre manteve países no atraso capitalista, estancados no pré-capitalismo junto com o avanço tecnológico imperialista, que o transforma em uma semicolônia, como o Chile esmagado pela politicagem burguesa e entregue às garras do império norte-americano e de todo o capital financeiro parasitário multinacional.

Este caminho de abusos contra nosso povo persistirá enquanto não se conclua a construção do Partido Operário Revolucionário,

de vital importância para orientar e dirigir à classe operária, a pequena burguesia, hoje sob o comando de burocratas oportunistas; nosso chamamento é para as bases, que hoje perdem a confiança nas direções traidoras. Uma advertência dirigida aos desiludidos e céticos de que existe um caminho real, que é o Governo Operário-Camponês baseado na revolução e ditadura proletária em nível nacional e internacional. O programa revolucionário da classe operária se assenta na luta de classes, contra a burguesia e sua diplomacia nefasta, contra os governos burgueses, e no plano internacional é a luta contra o imperialismo, numa frente de unidade entre as nações contra o imperialismo, contra suas guerras de dominação contra o mundo e seus povos.

(Extraído do Jornal Luta Operária, abril de 2025, nº 59, órgão do Partido Operário Revolucionário de Chile, seção do CERQUI)

África

República Democrática do Congo

Publicamos abaixo a primeira parte do artigo “Escalada militar na República Democrática do Congo indica a possibilidade de guerra regional”, que resultou de um estudo ainda em curso do Partido Operário Revolucionário. Nas condições atuais da guerra na Ucrânia e da intervenção militar do Estado sionista de Israel na Faixa de Gaza, cujos reflexos na Europa e no Oriente Médio comparecem na escalada militar em todo o mundo, as guerras civis na África ganham projeções internacionais. A guerra no Congo, que vem de longa data, envolvendo Ruanda, tende a se confluir com os inúmeros conflitos que vitimam a população africana, dividida entre várias etnias.

Em abril de 2025, a guerra do Sudão completou dois anos, deixando um rastro de 40 mil mortos e cerca de 14 milhões de deslocamento populacional. A prolongada

guerra no Sahel, envolvendo Mali, Burkina Faso, Mauritânia, Chade e Níger, agravada desde a intervenção da França no Mali em 2013 com a Operação Serval e em 2015 com a operação Barkhane abrangendo todo o Sahel, e dos Estados Unidos em 2019, potencializou os choques armados. No Congo, entre janeiro de 2024 ao início de 2025, morreram 7 mil, sendo a maioria civis, segundo o exposto na ONU. A acusação do governo do Congo é a de que Ruanda apoia o movimento rebelde M23 devido à disputa de território rico em minerais.

São fartas as denúncias de que as multinacionais - nomeadamente Apple - alimentam os conflitos e se valem deles para tirar proveitos econômicos. Não se trata de uma novidade. A história da colonização do continente africano, das divisões impostas desde fora pelos colonizadores e

da independência formal que manteve os países africanos sob o controle das potências imperialistas está na base dos conflitos étnicos e das guerras civis. Com a guerra comercial ampla e violenta, decretada por Trump, é de esperar que as disputas das forças econômicas no continente africano vão alimentar ainda mais os confrontos nacionais, étnicos e religiosos.

O internacionalismo proletário exige de sua vanguarda que luta munida da revolução social que responda às guerras em andamento e às tendências bélicas que avançam em ritmo acelerado. O estudo que aqui apresentamos, certamente, é apenas um esboço, que serve de ponto de partida para o conhecimento do que se passa não continente africano.

Abaixo editamos a primeira parte, como dissemos, devido ao espaço.

Escalada militar na República Democrática do Congo indica a possibilidade de guerra regional

O Conselho de Segurança da ONU, realizou nesta quarta-feira, 19 de fevereiro, uma reunião de emergência para discutir o aprofundamento da crise na República Democrática do Congo. A representante da ONU no país, Bintou Keita, informou aos membros do órgão que, nas últimas 24 horas, o grupo armado M23, apoiado pelo exército ruandês, capturou a cidade de Kamanyola, localizada na tríplice fronteira entre a RDC, Ruanda e Burundi, tendo ignorado os apelos internacionais por um cessar fogo e causando elevado índice de mortandade. Na semana que antecedeu a reunião, conflitos em torno à captura da cidade de Goma pelo M23, levaram a 2900 mortos segundo dados da ONU. Trata-se de uma das manifestações do avançado estado de decomposição do capitalismo na sua época imperialista descarregada violentamente sobre as massas congoleesas.



Em outra reunião, do Conselho de Direitos humanos, em Genebra, em 24 de fevereiro, a primeira - ministra do país, Judith Suminwa afirmou que desde janeiro já morreram cerca de 7000 pessoas, entre combatentes e civis nos confrontos no leste da RDC (República democrática do Congo). Pouco menos da metade dessas mortes ocorreu em Goma e cerca de 450 mil pessoas ficaram desabrigadas após a destruição de 90 campos de deslocados. Desde janeiro, o grupo armado M-23, acusado pelo governo congolês de receber apoio de Ruanda, tomou grandes áreas do leste do RDC, incluindo Goma e Bukavu, além de depósitos de minerais valiosos no contexto de uma grande escalada de um conflito que remonta ao genocídio de Ruanda na década de 1990. O grupo ainda está envolvido no sequestro de 130 homens doentes e feridos em dois hospitais nas cidades de Goma que são membros do exército da RDC ou membros de uma milícia pró - governo conhecida como Wazalendo.

Descaradamente, Antônio Gutierrez, secretário – geral da ONU, portanto capacho do imperialismo, fez uma declaração hipócrita referindo – se ao “sufocamento” dos direitos humanos fazendo referência a RDC.

Esses acontecimentos expressam os conflitos inerentes a decomposição capitalista a nível mundial. Consistem na expressão da barbárie capitalista em território congolês, como síntese histórica da dominação imperialista no continente que remonta à segunda metade do século XIX.

Historicamente o Congo esteve sob tutela belga desde de pelo menos 1865, quando Leopoldo I deu o primeiro impulso para a ocupação imperialista do Congo expresso na Conferência Geográfica de Bruxelas em 1876 e com a criação da Associação Internacional Africana, delegada a Henry Morton Stanley em 1879, designado para explorar os “Congos”. Paralelamente, as demais potências imperialistas em franco desenvolvimento industrial e ascensão do capital monopolista também se lançavam à partilha imperialista da África. Portugal se projeta em expedições e anexações de propriedades rurais em Moçambique por volta de 1880, ao passo que o caráter imperialista da política francesa e britânica, entre 1879 e 1880 se projeta sobre Egito, Tunísia e Madagascar, além da entrada definitiva da Alemanha na corrida com anexações de territórios na África Ocidental, oriental e Meridional a partir de 1883. A Alemanha anexou o sudoeste africano, o Togo, Camarões, África Oriental, acelerando o processo da partilha. Trata – se do avanço da política imperialista e o estabelecimento do controle desses territórios com o fim de deter a posse de fontes de matérias primas abundantes no território africano. A “Conferência de Berlim Sobre a África Ocidental”, realizada entre 15 de novembro de 1884 e 26 de novembro de 1885, por iniciativa de Bismarck, chanceler alemão, irá consolidar definitivamente essa partilha e estabelecer através de tratados a dominação imperialista sobre o continente africano, determinando no caso do Congo, a formação do Estado Independente do Congo (EIC), território oitenta vezes maior do que a Bélgica, como propriedade privada de Leopoldo II. Eis o ponto pelo qual se inicia a dominação imperialista sobre o território congolês. Instala – se no Congo a exploração sangüinária do capital monopolista sobre a borracha, o marfim e, mais tardiamente sobre as fontes de minerais, além de expropriação de vastas porções de terra.

Após 1908 tem – se inicia uma nova fase da dominação imperialista com a formação do Congo Belga através primeiramente da criação da “Constituição Colonial”, que colocou o Congo sob tutela plena de Bruxelas com a nomeação de um governador-geral baseado num governo autocrático na colônia, além da compra do território congolês pela burguesia belga das mãos de Leopoldo I, momento em que se intensifica no território congolês a exploração imperialista, com a fundação de empresas e companhias capitalistas de extração das riquezas minerais do solo e subsolo (Companhia Floresta do Congo na exploração de diamantes; União de Mineração de Haut – Katanga – UMHK, para exploração de cobre), exportação de capitais para a construção da primeira ferrovia, a Matadi-Léopoldville, construída entre 1890 e 1898 pela Companhia do Congo para o Comércio e a Indústria. O domínio imperialista belga sobre o Congo foi o mais incisivo frente ao domínio das demais nações europeias à época da partilha. A Bélgica, apesar de sua menor capacidade econômica, recorreu aos mesmos métodos sangüinários da França e da Inglaterra, praticando todo tipo de brutalidade contra as massas congoleesas, para extrair o máximo de lucros aos banqueiros e industriais.

As duas Guerras Mundiais, e a catastrófica crise de 1929 se abaterão de maneira atroz sobre o continente e trarão à tona as contradições da dominação imperialista europeia.

Diante desse quadro, a partir dos anos de 1950, nos marcos da chamada “descolonização da África”, surgem movimentos nacionalistas africanos, exercendo pressão para a independência e formação de modernos estados independentes politicamente.

No caso do Congo – Belga, o processo de independência, se inicia efetivamente a partir de 1955, com a visita do rei belga Balduino I, que, em seu discurso, reforçou seus interesses em manter a dominação imperialista pela ideia de assimilar o Congo à Bélgica por meio de uma “Comunidade Belgo-Congoleesa”. A resposta nacionalista a esse pronunciamento foi a publicação de um manifesto de um grupo de intelectuais no periódico “Consciência Africana”, em julho de 1956, expressando recusa da dominação belga. Organiza-se pioneiramente na história do Congo Belga, em 1957, uma eleição popular, que ocasionou descontentamento nas massas congoleesas. No desenrolar do processo, outros acontecimentos iriam ainda impulsionar o movimento de independência do Congo, tais como a Conferência dos Povos Africanos, em dezembro de 1958, cuja representação congoleesa se deu através do MNC (Movimento Nacional Congolês) liderado por Patrice Lumumba, que expressou no seu discurso o pioneiro programa de ação para a independência do Congo: “Abaixo o Imperialismo, abaixo o racismo, o tribalismo; viva a nação congoleesa. Viva a África independente”. A questão da independência potencia a revolta das massas no interior do Congo e o ano de 1959 é marcado por manifestações e combates nas ruas de cidades importantes do Congo entre membros de grupos étnicos diferentes, manifestações essas reprimidas pela polícia com um saldo de 49 mortos e 101 feridos.

Nesse contexto, a mando da Bélgica, os chefes políticos congoleeses se reuniram em uma mesa redonda organizada em Bruxelas entre 20 de janeiro e 20 de fevereiro de 1960, e, diante das fragilidades organizativas e materiais do MNC, que o impediam de organizar uma resistência das massas, as lideranças nacionalistas se submeteram ao acordo imposto pelos belgas para a concretização da independência com data fixada para 30 de junho de 1960. Deliberou-se a formação de uma república parlamentar e uma constituição provisória chamada “Lei Fundamental”. Em seguida, Joseph Kasa-Vubu, foi eleito presidente e Patrice Lumumba o primeiro – ministro e chefe do governo.

O pós-independência será marcado por períodos de constantes conflitos armados. Questões em torno ao comando das forças armadas congoleesas irão impulsionar conflitos internos ao governo recém-formado. Os soldados congoleeses vão reivindicar a nacionalização do exército e a retirada do poder das mãos dos comandantes belgas, momento de ascensão do estado secessionista e intervenção militar direta do imperialismo, impulsionada pelas elites locais, através dos paraquedistas belgas da base aérea de Katanga oriental que agem no sentido de zelar pelos interesses dos banqueiros e industriais no Congo, ocupando os principais pontos de interesse econômico. Moisés Tshombé, rico comerciante da elite congoleesa, ratifica a intervenção belga através de um recurso ao governo de Bruxelas. O secretário geral da ONU à época, Dag Hammarskjöld, decidiu pela intervenção com o envio de tropas para ocupar o aeroporto de Elizabethville com a missão de fechá-lo, exceto para os aviões da ONU. Assim encerra-se o cerco imperialista ao Congo recém independente, ocasionando uma escalada militar que perdura até os dias atuais.

A escalada militar pós independência irá comprometer 45% da renda nacional da República do Congo, aprofundando os conflitos internos na República do Congo. Joseph Kasa – Vubu, chefe

LANÇAMENTO!

GUERRA NA UCRÂNIA

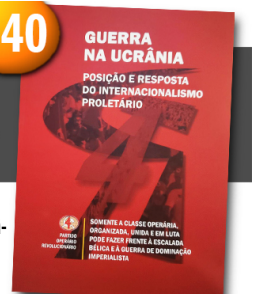
Posição e resposta do internacionalismo proletário

R\$ 40

GUERRA NA UCRÂNIA
POSICÃO E RESPOSTA DO INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Somente a classe operária, organizada, unida e em luta pode fazer frente à escalada bélica e à guerra de dominação imperialista.

Adquirir já com o distribuidor do Jornal Massas.



da ABAKO (Aliance des Bakongo - partido nacionalista étnico), dissolve o governo nacional revogando Lumumba do cargo de primeiro-ministro, fato que precede a prisão e assassinato deste último em 17 de janeiro de 1961, em Katanga, pelas tropas sob comando de Joseph Mobutu em cumprimento aos mandos das burguesias nacionais das potências imperialistas e da elite congolosa. O ascenso do militarismo e beligerância interna no estado congolês ampliam-se com a formação de diversas milícias e grupos rebeldes em diferentes províncias do país amparados por mercenários e tropas belgas. Entretanto o bastião do imperialismo ocidental, Mobutu, com mãos de ferro irá consolidar o exército nacional, formando oficiais em países ocidentais, inclusive em Israel, visando à formação de tropas de elite, o que o permitiu sufocar as revoltas internas e unificar de forma violenta e sanguinária a República do Congo.

Entre 1964 e 1965, Mobutu em aliança com as nações imperialistas ocidentais, consolidará, através de um golpe, uma ditadura, tendo como primeiro-ministro Moïse Tshombé, rico comerciante ligado ao imperialismo, eliminando todos os partidos políticos e criando um partido único o MPR (Movimento Popular da Revolução), mudando o nome do país para Zaire, bem como da moeda nacional e do Rio Congo, que será homônimo ao país. Mobutu assume o papel de verdugo do imperialismo no interior do Congo, resguardando os interesses capitalistas no centro do continente africano com mãos de ferro, com apoio das potências ocidentais (Bélgica, França, Alemanha, Estados Unidos, etc.) em face do ascenso da Guerra Fria e do avanço dos movimentos socialistas nos países vizinhos (Angola, República do Congo Brazzaville, Moçambique, Guiné Bissau, Guiné Conacri, Bênin).

A década de 1970 é de profunda crise econômica escancarada pela política econômica clientelista de Mobutu que uma a burguesia local, pró ditadura de Mobutu, além da perseguição política aos opositores e violência por parte do Estado. As manifestações estudantis em Kinshasa e Lubumbashi, dois centros universitários mais importantes do país, são violentamente reprimidas, resultan-

do no assassinato de 150 estudantes em 1990 pelo estado ditatorial congolês num contexto de denúncias de violação dos direitos humanos pelas instituições burguesas internacionais. Os anos de 1991-1993, são de relativa reabertura democrática em decorrência das pressões das potências ocidentais, o que ocasiona o retorno da pluralidade política.

Em 1996, diante do cenário de crise econômica profunda no Congo, surge uma rebelião encabeçada pela AFDL (Aliança das Forças Democráticas para a Liberação do Congo), sob comando de Laurent-Désiré Kabila, desencadeando a Primeira Guerra do Congo (1996 – 1997), que causou cerca de 200 mil mortes. Essa rebelião começou pelo leste do país na fronteira com Uganda, Ruanda e Burundi para libertar o Zaire da ditadura de Mobutu Sese Seko. As forças da AFDL, apoiadas principalmente por Uganda e Ruanda, ocuparam as principais cidades congolosas de Goma e Bikavu, ocupando posteriormente a cidade de Kinshasa no ano seguinte.

Em 17 de maio de 1997, as forças de AFDL entraram em Kinshasa. Laurent-Désiré Kabila se autoproclama, através de um golpe, presidente da República Democrática do Congo. Ele fecha todos os partidos políticos e as instituições existentes. Assim nasce uma nova ditadura num país rebatizado República Democrática do Congo pelo próprio Presidente Kabila. Isto vai gerar protestos dos partidos, representantes de frações da burguesia local que, além de serem proibidos, não tiveram representação nos escalões do governo nacional. Logo surge outro conflito militar devido aos desentendimentos entre Kabila e seus aliados de Ruanda, Burundi e Uganda, que desembocam numa nova rebelião anti-Kabila, compostas por seus antigos companheiros de armas de AFDL.

(A segunda parte do estudo se inicia com os reflexos na Primeira Guerra Mundial na África, em particular no Congo)

(Bibliografia utilizada: dois últimos volumes da coleção História Geral da África e o livro "Como a Europa Subdesenvolveu a África" de Walter Rodney)



33 anos da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

Stalin, O Grande Organizador de Derrotas

No Jornal Massas nº 737, analisamos a parte do “Programa de Transição” intitulado “A situação na URSS e as tarefas da época de transição”, redigido por Trotsky e aprovado como documento de fundação da IV Internacional em 1938. Destacamos a seguinte passagem: “O prognóstico político tem um caráter de alternativa: ou a burocracia, tornando-se cada vez mais o órgão da burguesia mundial nos Estados Operários, destrói as novas formas de propriedade e lança o país no capitalismo; ou a classe operária esmaga a burocracia e abre uma via para o socialismo”. A profunda crise de direção favoreceu a pior variante da previsão histórica. O processo de restauração capitalista levou à liquidação da maior conquista mundial do proletariado, que foi a URSS.

A retomada do curso da revolução mundial, que por sua forma se inicia em

um determinado país, depende em grande medida de a vanguarda que encarna a continuidade do marxismo-leninismo-trotskismo compreender a fundo essa derrota, conhecer amplamente as suas causas e assimilar as formulações da Oposição de Esquerda e da IV Internacional.

Os estalinistas não têm como se esquivar da traição encabeçada por Stalin. E os centristas, que insistem em se confundir com o trotskismo, tudo fazem para deixar para trás a liquidação da URSS e suas consequências que se projetam aos nossos dias refletidas na guerra da Ucrânia.

Ao contrário, o POR reconhece que não é possível superar a crise de direção, reconstruindo o Partido Mundial da Revolução Socialista, sem realizar um balanço detalhado e sistemático da contrarrevolução terdioriana, que concluiu com a pior variante do prognóstico de Trotsky que

se encontra em inúmeros escritos e que é formulado sinteticamente no “Programa de Transição”. Para cumprir essa tarefa de grande envergadura, o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) deu um passo aprovando uma Resolução em seu V Congresso que expõe de forma programática o processo de restauração capitalista e liquidação da URSS.

A seção brasileira, tendo por base o V Congresso, tem se dedicado a conhecer e expor as posições históricas de Lênin e Trotsky, que traçaram um caminho distinto e antagônico ao trilhado pela ditadura burocrática do Partido Comunista Russo degenerado. A degeneração se reflete claramente no revisionismo levado a cabo pela camarilha dos dirigentes estalinistas. A tese sobre a possibilidade de desenvolver o socialismo nos marcos nacionais, que ficou conhecida pela fórmula do “socialismo em

um só país” e da possibilidade da coexistência pacífica da URSS com as potências imperialistas, desembocou na contrarrevolução restauradora do capitalismo.

Ao completar 32 anos da queda da URSS, o POR iniciou uma exposição quinzenal das análises, teses, diagnósticos e prognósticos que foram sendo desenvolvidos desde 1929, já no exílio, a 1940, quando Trotsky foi assassinado no México. Esse período se destacou pela elevação da luta internacionalista da Oposição de Esquerda,

que, sem dúvida, se assentou no combate da Oposição de Esquerda Russa no interior do Partido Comunista, da III Internacional e do governo soviético, que se burocratizava e se afastava das teses leninistas sobre a transição do capitalismo ao socialismo na URSS e seu vínculo orgânico com a revolução mundial.

Agora, nesse número do Jornal Massas, dando sequência à exposição dos 33 anos da dissolução da URSS, o POR trata

da obra “Stalin, o grande organizador de derrotas (A III Internacional depois de Lênin)”. Continuamos a perseguir o objetivo de evidenciar as teses do internacionalismo proletário que estiveram em contraposição e choque com o revisionismo estalinista e que emergem na atualidade como condição para a construção dos partidos revolucionários, fortalecimento do CERQUI e o avanço da tarefa de superar a crise de direção.

Análise e crítica de Trotsky ao VI Congresso da III Internacional

Identificamos a grande importância da crítica programática e política de Trotsky ao VI Congresso da Internacional Comunista, que se realizou em Moscou em 1928. Esse Congresso serviu de caixa de ressonância ao revisionismo estalinista que desaguarda na liquidação da III Internacional em 1943.

Trotsky avalia que o projeto de programa do VI Congresso representou “o programa oficial da Internacional”. Denuncia que “os membros do VI Congresso condenaram de novo o trotskismo ‘por unanimidade’ como sempre”. Neste

momento, 1929, Trotsky não se colocava pela constituição da IV Internacional, uma vez que avaliava a possibilidade de a Oposição de Esquerda dirigir um movimento pela recuperação do Partido Comunista Russo e da III Internacional. Trotsky tinha em consideração que não havia esgotado a luta oposicionista em torno ao desenvolvimento da “linha política da III Internacional, preparada durante a guerra e da sua fundação”, da qual participou ao lado de Lênin, “depois da Revolução de Outubro”. O VII e último Congresso da Internacional ocorreu em 1935.

Resposta de Trotsky ao programa estalinista do “socialismo em um só país”

Trotsky assinala que as posições do VI Congresso padeciam do mal de não estabelecer uma relação concreta entre as “teses teóricas gerais” e um “balanço da experiência mundial econômica e política do último período, em particular, da luta revolucionária dos últimos cinco anos, tão ricos em acontecimentos e em erros”.

A estrutura geral do programa não expressava e não se assentava sobre a natureza imperialista da época, “da economia e da política mundiais dirigidas pelo capital financeiro”. Conclui: “Não há um só partido comunista que possa estabelecer seu programa tomando somente ou principalmente como ponto de partida as condições ou as tendências da evolução de seu país”. De forma que esse método marxista se aplicava “igualmente ou por inteiro ao partido que exerce o poder nos limites da URSS”.

A tese do “socialismo em um só país” se consubstanciava no VI Congresso como uma violação e revisão do marxismo-leninismo. O estalinismo se firmava como uma tendência típica do “socialismo nacional”. Trotsky chega à seguinte formulação: “É absolutamente evidente na atualidade que um programa que não defina claramente com precisão os fatos e fatores fundamentais da situação do mundo não tem nada de comum com o programa do partido da revolução internacional”.

Não era por acaso que os redatores do programa do VI Congresso haviam suprimido as formulações e consigna dos “Estados Unidos Soviéticos da Europa”, que estabelecia a linha da III Internacional dos seus primeiros quatro Congressos de fundação.

Trotsky recorre a um pronunciamento de Lênin de março de 1919, que expressa uma formulação e um prognóstico. Eis: “Vivemos não em um Estado, mas em um sistema de Estados; não se pode conceber que uma república soviética exista durante longo tempo ao lado de Estados imperialistas. No final das contas, um ou outros vencerão”. Outra citação de um pronunciamento de Lênin de abril de 1920: “O capitalismo, considerado em seu conjunto mundial, continua sendo mais forte que o poder dos soviets, não só militarmente, mas também do ponto de vista econômico. É preciso partir desta consideração fundamental e não esquecê-la jamais”.

Terminada a guerra, Lênin volta, em novembro de 1920, a colocar a questão da relação entre a URSS e o domínio mundial

do imperialismo: “Agora temos passado da guerra à paz, mas não esqueçamos que a guerra voltará novamente. Enquanto subsistir o capitalismo, o socialismo não pode viver tranquilamente. No final das contas, um ou outro vencerá. Se cantará o Réquiem, já da república dos soviets, já do capitalismo mundial. Isso é uma postergação da guerra”.

Essa tese da possibilidade da URSS ser derrocada, caso o proletariado não avançasse com a revolução mundial, havia se tornado um prognóstico decisivo. É o que se confirma definitivamente em sua declaração de julho de 1921, por ocasião do III Congresso da Internacional Comunista. Afirma Lênin: “Para nós, estava claro que sem a ajuda da revolução mundial era impossível o triunfo de nossa revolução proletária. Tanto antes como depois da revolução, pensávamos: imediatamente, ou ao menos em muito pouco tempo, que se produzirá uma revolução nos países atrasados e naqueles que estão mais desenvolvidos do ponto de vista capitalista, ou, em caso contrário, tendemos a perecer. Ainda que tínhamos consciência disso, fizemos tudo sempre por conservar a todo o custo o sistema soviético, pois sabemos que trabalhamos não somente para nós mesmos, mas também para a revolução internacional”.

A insistência de Trotsky em recorrer a essas formulações de Lênin em vários momentos, mantendo o conteúdo e variando apenas na forma, de acordo com o contexto, é o reconhecimento de que a luta da Oposição de Esquerda não fazia senão aplicar o marxismo-leninismo diante do revisionismo estalinista. Revisionismo esse que, se levado adiante, colocava em risco a existência da URSS.

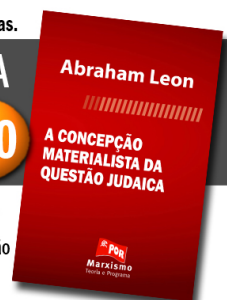
LANÇAMENTO! Adquirir já com o distribuidor do Massas.

A CONCEPÇÃO MATERIALISTA DA QUESTÃO JUDAICA

Abraham Leon

R\$ 30

Um estudo profundo da história de opressão sofrida pelos judeus. O caráter programático da obra do judeu Abraham se verifica no fracasso histórico do sionismo, da luta palestina, da decomposição capitalista e da necessidade dos explorados retomarem o curso das revoluções socialistas, proletárias e internacionalistas.



Aplicação do internacionalismo marxista nas condições do capitalismo da época imperialista

A Revolução de Outubro de 1917 na Rússia e a constituição da URSS em 1922 trouxeram vários problemas novos. A base para enfrentá-los se encontrava no socialismo científico concebido e desenvolvido por Marx e Engels. Um dos problemas mais complexos se estabeleceu com o triunfo da revolução proletária, que, pela primeira vez, pôs em marcha as transformações socialistas, iniciando-as em um determinado país que, por sua forma era nacional, mas por seu conteúdo, internacional, como Marx e Engels conceberam o internacionalismo no Manifesto do Partido Comunista.

A URSS se constitui como uma trincheira avançada para a transição do capitalismo ao socialismo, que não poderia se manter enclausurado em suas fronteiras, de forma que passava a expressar o sistema socialista em transição em choque frontal com o sistema capitalista regido pelo domínio imperialista. Esse novo problema provocou discordâncias entre os dirigentes da revolução.

De passagem, citamos uma crítica de Trotsky a Bukharin que defendeu no XIV Congresso do Partido Comunista Russo a tese da construção do socialismo “ainda que fosse a passo de tartaruga”. Aí se apresenta a discussão em torno à contradição entre o novo sistema socialista que se originava e o velho sistema capitalista já na forma mundial imperialista. Trotsky combate o esquema de Bukharin, explicando a existência de uma “luta incessante entre dois sistemas”, de maneira que “o socialismo não pode se apoiar senão nas forças produtivas avançadas”, assim “a dinâmica marxista da substituição de uma formação social por outra”, está obrigada a se basear no “crescimento das forças de produção”.

Trotsky argumenta que a possibilidade da URSS cair vítima por uma intervenção militar não pode desconhecer os perigos que trazem o “seu atraso no domínio econômico”. Em síntese: “Se trata de uma luta de morte entre dois sistemas sociais, um dos quais começou a organizar-se apoiando-se nas forças produtivas atrasadas, enquanto o outro repousa hoje em forças produtivas de um poderio infinitamente maior”. Esse postulado colocava para o governo soviético e a III Internacional a questão da luta entre dois sistemas sociais. A linha revisionista assim se manifestava como negação dos fundamentos internacionalistas da revolução e colocava em perigo o futuro da URSS.

Trotsky não se limita à crítica, apresenta uma linha oposta à que adotava o programa do VI Congresso da Internacional. O fundamento a seguir é de grande importância diante de uma questão tão nova e tão decisiva para a luta do proletariado em direção à derrocada mundial do capitalismo: “A tentativa de resolver o problema da luta entre os dois sistemas nos leva ao terreno da economia e da política mundiais, e neste terreno é a Internacional revolucionária, que compreende a república dos soviets, que age e decide, e não uma república soviética que tenha como fim sua própria existência e recorra de vez em quando à ajuda da Internacional”.

A deformação e, em última instância, a negação dos fundamentos do internacionalismo proletário que estavam na base da Revolução de Outubro e da constituição da URSS, materializados no programa do VI Congresso da Internacional, refletiam os erros de condução econômica do governo estalinista.

Trotsky alerta que “o perigo político da nova teoria está no raciocínio comparativo errôneo sobre as duas alavancas do socialismo mundial: a das nossas realizações econômicas e a da revolução proletária mundial. Sem que essa triunfe, não construiremos o socialismo. (...) A alavanca da construção econômica tem uma importância enorme. Se a direção comete erros, a ditadura do proletariado se debilita; sua queda desfecharia tal golpe na revolução mundial que necessitaria uma longa série de anos para se recompor. Mas a solução do processo fundamental da história, que paira entre o mundo do socialismo e do capitalismo, depende da segunda alavanca, isto é, da revolução proletária internacional. A enorme importância da União Soviética consiste em que constitui a base sobre a qual se apoia a revolução mundial e não na que, independentemente dela, será capaz de construir o socialismo”.

Um balanço consistente da liquidação da URSS pela contrarrevolução termidoriana, promovida pela burocracia estalinista, exige um conhecimento e assimilação das formulações de Lênin e Trotsky sobre a contradição entre os dois sistemas, originada pela revolução socialista na Rússia. Essa noção se aplica ao combate da vanguarda com consciência de classe às vitórias das contrarrevoluções, que levaram à reconstituição das relações capitalistas de produção nos países em que a burguesia foi expropriada pelo proletariado e constituído os Estados operários.



PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA

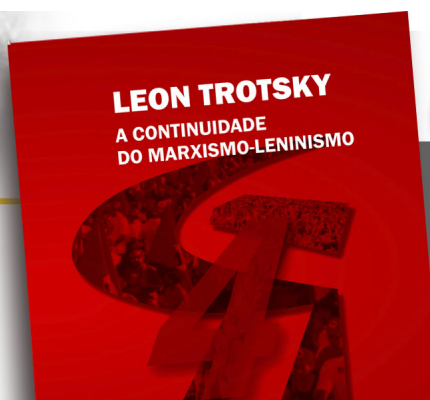


“Em setembro de 1938, portanto, às vésperas da eclosão da guerra interimperialista, erguia-se um pilar do internacionalismo proletário. Trotsky, que encabeçou o combate à implantação do nacionalismo estalinista, encarnou toda a lição deixada por Lênin, em sua luta contra a destruição da II Internacional e pela fundação da III Internacional. (...) A vanguarda encontrará, aqui, um rico trajeto de nossa luta pelo Partido Mundial da Revolução Socialista.”

Publicado o livro:

LEON TROTSKY A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO

Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato”.



R\$35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**